



Banco Pan S.A.

Demonstrações Financeiras – Conglomerado Prudencial 1º Semestre de 2014

29 de agosto de 2014





CONGLOMERADO PRUDENCIAL

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 30 DE JUNHO DE 2014
(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota explicativa	Consolidado 30/06/2014	PASSIVO	Nota explicativa	Consolidado 30/06/2014
CIRCULANTE		9.468.625	CIRCULANTE		14.048.603
Disponibilidades	5	53.016	Depósitos	17.a	9.846.086
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6.a	925.317	Depósitos à vista		129.462
Aplicações no mercado aberto		806.998	Depósitos interfinanceiros		8.382.618
Aplicações em depósitos interfinanceiros		118.319	Depósitos a prazo		1.334.006
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	7	618.749	Captações no mercado aberto	17.b	296.597
Carteira própria	7.a	193.981	Carteira própria		296.597
Vinculados a compromissos de recompra	7.a	326.941	Recursos de aceites e emissão de títulos	17.c	2.627.319
Instrumentos financeiros derivativos	7.c	23.360	Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		2.610.103
Vinculados a prestação de garantias	7.a	74.467	Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior		17.216
Relações interfinanceiras		53.900	Relações interfinanceiras		140.023
Pagamentos e recebimentos a liquidar		11.627	Recebimentos e pagamentos a liquidar		3.422
Créditos vinculados - Depósitos no Banco Central		2.774	Correspondentes no país	18	136.601
Correspondentes no país		39.499	Relações interdependências		2.033
Operações de crédito	8	5.821.320	Recursos em trânsito de terceiros		2.033
Operações de crédito - setor privado		6.413.184	Obrigações por empréstimos	19.a	169.780
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)	8.d	(591.864)	Empréstimos no país		1.639
Operações de arrendamento mercantil	8	50.727	Empréstimos no Exterior		168.141
Operações de arrendamento a receber		60.102	Instrumentos financeiros derivativos	7.c	6.953
(Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa)	8.d	(9.375)	Instrumentos financeiros derivativos		6.953
Outros créditos		1.736.066	Outras obrigações		959.812
Carteira de câmbio	9.a	387.895	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		8.880
Rendas a receber		6.508	Sociais e estatutárias		9
Negociação e intermediação de valores		2.930	Fiscais e previdenciárias	22.a	98.567
Recebíveis imobiliários	10	49.899	Negociação e intermediação de valores		115.414
Títulos e créditos a receber	8 e 12	587.648	Dívidas subordinadas	20	79.156
(Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa)	8.d	(46.850)	Diversas	22.b	657.786
Diversos	12	748.036			
Outros valores e bens		209.530			
Outros valores e bens	13.a	129.578			
(Provisão para desvalorização)	13.a	(40.811)			
Despesas antecipadas	13.b	120.763			



	Nota explicativa	Consolidado 30/06/2014		Nota explicativa	Consolidado 30/06/2014
ATIVO			PASSIVO		
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		12.447.347	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		6.362.502
Aplicação interfinanceira de liquidez	6.a	36.029	Depósitos	17.a	1.634.815
Aplicações em depósitos interfinanceiros		36.029	Depósitos interfinanceiros		48.690
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	7	797.820	Depósitos a prazo		1.586.125
Carteira própria	7.a	318.993	Captações no mercado aberto	17.b	393.185
Vinculados a compromissos de recompra	7.a	239.721	Carteira própria		213.701
Instrumentos financeiros derivativos	7.c	117.649	Carteira de terceiros		179.484
Vinculados a prestação de garantias	7.a	121.457	Recursos de aceites e emissão de títulos	17.c	2.249.120
Operações de crédito	8	8.023.476	Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		1.613.395
Operações de crédito - setor privado		8.339.495	Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior		635.725
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)	8.d	(316.019)	Obrigações por empréstimos	19.a	154.938
Operações de arrendamento mercantil	8	17.459	Empréstimos no país		100.000
Operações de arrendamento a receber		20.686	Empréstimos no Exterior		54.938
(Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa)	8.d	(3.227)	Instrumentos financeiros derivativos	7.c	55.886
Outros créditos		3.249.874	Instrumentos financeiros derivativos		55.886
Créditos específicos		2.040	Outras obrigações		1.874.558
Recebíveis imobiliários	10	120.637	Fiscais e previdenciárias	22.a	149.272
Benefício residual em Operações Securitizadas	11	12.112	Negociação e intermediação de valores		2.624
Títulos e créditos a receber	8 e 12	19.670	Dívidas subordinadas	20	1.226.521
(Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa)	8.d	(526)	Diversas	22.b	496.141
Diversos	12	3.095.941			
Outros valores e bens		322.688			
Despesas antecipadas	13.b	322.688			
			RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS		1.977
			Resultados de exercícios futuros		1.977
PERMANENTE		668.764			
Investimentos		397.376			
Participações em controladas	14.a	396.557	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.171.654
Outros investimentos	14.b	819	Capital social:	23	2.876.848
Imobilizado de uso	15	35.045	De domiciliados no país		2.612.378
Outras imobilizações de uso		73.262	De domiciliados no exterior		264.470
(Depreciações acumuladas)		(38.217)	Reservas de lucros		5.209
Intangível	16.b	236.343	Ajustes de avaliação patrimonial		(15.279)
Ativos intangíveis		314.150	Prejuízos acumulados		(695.124)
(Amortizações acumuladas)		(77.807)			
TOTAL DO ATIVO		22.584.736	TOTAL DO PASSIVO		22.584.736

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



CONGLOMERADO PRUDENCIAL

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2014
(Em milhares de reais - R\$, exceto o prejuízo/lucro líquido por ação)

	Nota <u>explicativa</u>	<u>Consolidado</u> <u>30/06/2014</u>
RECEITAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		<u>2.245.652</u>
Rendas de operações de crédito	8.h	2.133.382
Resultado de operações de arrendamento mercantil	8.h	19.701
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	7.d	91.110
Resultado de operação de câmbio	9.b	1.459
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		<u>(1.421.095)</u>
Operações de captação no mercado	17.d	(809.639)
Operações de empréstimos e repasses	19.b	(12.036)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7.c	(111.867)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8.d	(487.553)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		<u>824.557</u>
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		<u>(1.064.787)</u>
Receitas de prestação de serviços	24	172.350
Resultado de equivalência patrimonial	14.a	30.067
Despesas de pessoal	25	(116.181)
Outras despesas administrativas	26	(698.404)
Despesas tributárias	27	(68.147)
Outras receitas operacionais	28.a	45.499
Outras despesas operacionais	28.b	(429.972)
RESULTADO OPERACIONAL		<u>(240.230)</u>
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	29	<u>(28.317)</u>
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES		<u>(268.547)</u>
PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	33.a	<u>119.319</u>
Provisão para imposto de renda		4.356
Provisão para contribuição social		(7.870)
Ativo fiscal diferido		122.833
PREJUÍZO LÍQUIDO		<u>(149.228)</u>

PREJUÍZO/LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO EM CIRCULAÇÃO - EM R\$
(Representado por 535.076.075 ações em 30/06/2014)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



CONGLOMERADO PRUDENCIAL

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO CONTROLADOR
PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2014
(Em milhares de reais)

	Capital social	Aumento de Capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	2.867.020	-	(16.286)	(542.681)	2.308.053
Aumento de Capital	-	1.500.000	-	-	1.500.000
Capital a Integralizar	-	(1.500.000)	-	-	(1.500.000)
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	1.007	-	1.007
Prejuízo	-	-	-	(152.180)	(152.180)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2014	2.867.020	-	(15.279)	(694.859)	2.156.882

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras



CONGLOMERADO PRUDENCIAL

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXOS DE CAIXA
PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2014
(Em milhares de reais - R\$)

	30/06/2014
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES OPERACIONAIS:	
PREJUÍZO	(149.228)
Ajustes que não afetam o fluxo de caixa:	
Depreciações e amortizações	10.302
Amortização de ágio	12.526
Constituição de provisão para contingências	81.814
Reversão/Constituição para desvalorização de bens não de uso próprio	(15.565)
Prejuízo na venda de bens não de uso próprio	44.151
(Ganho) na venda de imobilizado	(2)
Equivalência patrimonial	(30.067)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	487.553
Imposto de renda e contribuição social - diferido	(119.319)
Lucro líquido ajustado	322.164
Varição de Ativos e Passivos:	
Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	199.352
(Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários	(113.327)
Redução em instrumentos financeiros derivativos	126.495
(Aumento) em relações interfinanceiras	(15.151)
(Aumento) em operações de crédito	(1.637.648)
Redução em operações de arrendamento mercantil	47.663
(Aumento) em outros créditos	(54.998)
(Aumento) em outros valores e bens	(102.866)
Aumento em depósitos	2.053.379
(Redução) em captações no mercado aberto	(397.215)
(Redução) em outras obrigações	(217.753)
Aumento em relações interdependências	1.430
(Redução) em resultado de exercícios futuros	(483)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	211.042
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:	
Alienação de imobilizado de uso	19
Alienação de bens não de uso próprio	37.891
Aumento de capital de investimentos	(416)
Aquisição de imobilizado de uso	(1.307)
Aplicações no intangível	(11.762)
Dividendos e juros sobre o capital próprio provisionados/recebidos	72.000
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	96.424
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:	
(Resgate)/Emissão de letras financeiras	(389.717)
(Redução)/Aumento de obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	(19.374)
(Redução)/Aumento de dívidas subordinadas	(47.755)
Emissão de Letras de Crédito do Agronegócio	85.719
CAIXA LÍQUIDO (USADO) DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(371.127)
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(63.661)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO SEMESTRE	923.675
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO SEMESTRE (nota nº 5)	860.014
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES SOBRE O FLUXO DE CAIXA	
Juros pagos	(1.305.378)
Juros recebidos	2.095.719
Transferência de ativos não de uso próprio	(25.729)
Ganhos/Perdas não realizados em títulos disponíveis para venda	2.083

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

1) CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Pan S.A. (“Banco”, “PAN” ou “Instituição”), é uma sociedade anônima de capital aberto e está autorizado a operar como banco múltiplo, atuando direta ou indiretamente por meio de suas controladas nos mercados de crédito direto ao consumidor, crédito pessoal, cartão de crédito, crédito consignado, financiamento de veículos, máquinas e equipamentos, operações de câmbio, financiamento à empresas, financiamento para construção a incorporadores e construtores, financiamento imobiliário a pessoas físicas, aquisição de recebíveis imobiliários e emissão de certificados de recebíveis imobiliários - CRIs, arrendamento mercantil de veículos e outros bens, consórcio de veículos e imóveis. Os benefícios dos serviços prestados entre as empresas do Grupo e os custos das estruturas operacional e administrativa são absorvidos, em conjunto ou individualmente, por essas empresas.

Ainda como estratégia de negócio e alternativa de “*funding*” para as suas operações, o Banco PAN adotou a política de cessão de créditos de sua carteira de crédito para outras instituições financeiras. A cessão de crédito faz parte da estratégia operacional da instituição, resultando no imediato reconhecimento das receitas e despesas destas operações (Nota 3g), bem como redução dos ativos de risco e consequente adequação de capital. Os resultados estão refletidos nas demonstrações financeiras individuais em receitas de intermediação financeira, sendo a parcela correspondente às operações anteriormente feitas com FIDCs, eliminadas e apropriadas no prazo das operações de créditos, para fins de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, conforme mencionado na nota 2.

Demonstra-se a seguir a composição acionária atual do Banco PAN.

Acionistas	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Banco BTG Pactual S.A.	149.156.344	51,00	33.114.219	13,65	182.270.563	34,06
Caixa Participações S.A. - Caixapar	143.307.048	49,00	54.802.722	22,59	198.109.770	37,02
Conselho de Administração	5	-	105	-	110	-
Mercado	3	-	154.695.629	63,76	154.695.632	28,92
Total	292.463.400	100,00	242.612.675	100,00	535.076.075	100,00

Aquisição

a) Carteira de cartão de crédito consignado do Banco Cruzeiro do Sul S.A.

Em 26/04/2013 o Banco PAN adquiriu, pelo valor de R\$ 351,0 milhões, os direitos creditórios sobre a carteira de cartão de crédito consignado do Banco Cruzeiro do Sul S/A – em liquidação extrajudicial, originada por 237 convênios, dentre órgãos públicos das 3 esferas, quer da administração direta ou indireta, além de 7 convênios com empresas do setor privado, por meio de leilão público em lote único.

A referida carteira na época contava com aproximadamente 471 mil cartões emitidos, sendo 321 mil ativos. Com esta aquisição, a Companhia reforçou sua posição nos segmentos de cartões de crédito e crédito consignado.

A aquisição gerou um deságio de R\$ 27.424 e despesas com a aquisição de R\$ 17.550, que serão apropriados ao resultado do Banco PAN, pelo prazo médio de liquidação da carteira adquirida.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras do Banco PAN foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"), com observância das disposições emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e diretrizes estabelecidas pelo BACEN, Resoluções do Conselho Monetário Nacional ("CMN") e da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), quando aplicável.

Essas demonstrações financeiras foram elaboradas com disposição da Resolução nº 4.280/13, art. 2º, § 1º que atende a referida resolução e impõe às instituições que divulguem suas demonstrações financeiras acompanhadas de notas explicativas; e Circular nº 3.701/14, do BACEN que deve ser observada, integralmente, os critérios de elaboração, divulgação e auditoria de demonstrações financeiras previstos no Cosif.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela CVM, porém nem todos foram homologados pelo BACEN. Desta forma o Banco, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou, conforme aplicáveis, os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN:

1. CPC 01 – Redução ao valor recuperável de ativos – homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08;
2. CPC 03 – Demonstração do fluxo de caixa – homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08;
3. CPC 05 – Divulgação sobre partes relacionadas – homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09;
4. CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes – homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09;
5. CPC 24 – Evento Subsequente – homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11;
6. CPC 10 (R1) – Pagamento baseado em ações – homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11;
7. CPC 23 – Políticas Contábeis, mudanças de estimativa e retificação de erro – homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11; e
8. CPC 00 (R1) – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil – Financeiro – homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12.

As sociedades controladas incluídas na consolidação e o percentual de participação do controlador são os seguintes:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

	Participação total %
	30/06/2014
Controladas diretas:	
Panamericano Arrendamento Mercantil S.A.	99,97
Ourinvest Real Estate Holding S.A.	100,00
Controladas indiretas:	
Panamericano Administradora de Consórcio Ltda.	99,99
BMSR II Participações S.A.	99,99
Brazilian Securities Companhia de Securitização	99,99
Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária	99,99
Entidades de Propósitos Específicos – EPEs:	
Caixa Fundo de Investimento em Direitos Creditórios CDC Veículos do Banco PAN (“Caixa CDC FIDC”) (a) (b)	-
Caixa Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Master CDC Veículos do Banco PAN (“Caixa Master CDC FIDC”) (a) (b)	-
Fundo Exclusivo:	
BS Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Crédito Imobiliário	100,00

(a) O percentual está representado pelas cotas subordinadas detidas pelo Banco. Para fins de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, os FIDCs foram consolidados conforme disposto na Instrução CVM nº 408/04 e no Ofício-Circular CVM nº 001/07; e

(b) FIDCs encerrados em 20/01/2014, conforme instrumento particular de transferência de ativos e quitação de obrigações desta data.

Demonstrações Financeiras Consolidadas

Nas demonstrações financeiras consolidadas, foram eliminadas as participações societárias, os saldos das contas patrimoniais ativas e passivas, os resultados oriundos das transações entre o Banco e suas controladas diretas e indiretas e o resultado anteriormente originado das operações do Banco com os FIDCs. As participações de acionistas minoritários no Patrimônio Líquido e no resultado das controladas são apresentadas de forma destacada no balanço patrimonial e na demonstração do resultado consolidado.

No processo de consolidação dos FIDCs o saldo da carteira de recebíveis de direitos creditórios foi incorporado à carteira de operações de crédito do Banco, com o correspondente registro do financiamento na rubrica de “Outras obrigações – diversas”. O lucro não realizado oriundo das operações de cessões de crédito do Banco para os FIDCs foi eliminado integralmente como ajuste de rendas de operações de crédito.

Na rubrica “Rendas de operações de crédito”, na demonstração do resultado, foram registradas as rendas oriundas de direitos creditórios apropriados pelos FIDCs, e o custo do financiamento, na rubrica “Operações de captação no mercado”.

As operações de arrendamento mercantil financeiro são apresentadas a valor presente no balanço patrimonial, e as receitas e despesas relacionadas, que representam o resultado financeiro dessas operações, estão apresentadas agrupadas na rubrica “Resultado de operações de arrendamento mercantil”.

Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (“FIDCs”) - Considerando que o controle sobre os recebíveis cedidos aos Fundos permanecia sob a responsabilidade do Banco (recebimento, repasse e cobrança) e que o mesmo atendia a outras condições para consolidação previstas na Instrução CVM nº 408/04 e no Ofício Circular CVM nº 001/07, a Administração do Banco consolidou as demonstrações financeiras dos FIDCs às demonstrações financeiras consolidadas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

Reconciliação do Patrimônio Líquido e do Resultado Líquido das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.

	30/06/2014	
	Patrimônio Líquido	Resultado Líquido
Banco PAN Individual	2.156.882	(152.180)
Ajustes de consolidação (1)	14.772	2.952
Banco PAN Conglomerado Prudencial	2.171.654	(149.228)

(1) Inclui participação parcial em controlada que não foi eliminada por ser investimento de empresa do segmento de seguros.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS:

a) Caixa e equivalentes de caixa e moeda funcional e de apresentação:

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações no mercado aberto, aplicações em depósitos interfinanceiros, certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, os quais são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em Reais, moeda funcional do Banco PAN.

b) Apuração do resultado:

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério “pro rata” dia para aquelas de natureza financeira. Estas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas com operações no exterior ou a títulos descontados, as quais são calculadas pelo método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelos índices pactuados.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez:

As aplicações interfinanceiras de liquidez são avaliadas pelo valor da aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

d) Títulos e valores mobiliários:

Os títulos e valores mobiliários são contabilizados pelo valor da aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, com base na taxa de remuneração e em razão da fluência dos prazos dos papéis e ajustados a valor de mercado, quando aplicável. Eles são classificados nas seguintes categorias:

- Títulos para negociação – são títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda – são títulos e valores mobiliários que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários. Ganhos e perdas não realizados são reconhecidos no resultado do período, quando efetivamente realizados; e

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

- Títulos mantidos até o vencimento – são títulos e valores mobiliários para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

e) Instrumentos financeiros derivativos:

Os instrumentos financeiros derivativos são compostos pelas operações de contratos futuros, *swap* e termo. São classificados de acordo com a intenção da administração, na data da contratação da operação, levando-se em conta se sua finalidade é para proteção contra risco (*hedge*) ou não. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros de acordo com a Circular BACEN nº 3.082/02 e a Carta-Circular BACEN nº 3.026/02, que preveem a adoção dos seguintes critérios:

- Contratos futuros: o processo de marcação a mercado para os contratos futuros, tais como os contratos de juros (DI 1 dia), câmbio (DOL) e cupom cambial (DDI) é definido pelo preço de mercado em formato de Preço Único (PU) que é divulgado diariamente pela BM&FBOVESPA. A partir deste preço, os valores dos ajustes diários são registrados e contabilizados no ativo ou no passivo, sendo apropriados diariamente ao resultado como receita ou despesa;
- *Swap*: são avaliados de acordo com as taxas pactuadas nos respectivos contratos e ajustados ao valor de mercado, sendo o diferencial a receber ou a pagar contabilizados em contas de ativo ou passivo, respectivamente, e apropriados ao resultado como receita ou despesa “*pro rata*” até a data do balanço. Para a apuração do valor de mercado, foi utilizado o fluxo de caixa futuro, descontado a valor presente pelas curvas de juros futuros, obtidas com base nas informações da BM&FBOVESPA; e
- Contratos a termo de moedas: são instrumentos financeiros derivativos de compra ou venda de moeda estrangeira, sem entrega física, negociados em mercado de balcão em uma data futura e a uma paridade anteriormente determinada. A liquidação financeira ocorre pela diferença entre a paridade inicial do contrato e a cotação de referência na data de vencimento. Para a precificação desses contratos foram utilizadas as curvas de juros futuros, obtidas com base nas informações da BM&FBOVESPA.

As operações com instrumentos financeiros derivativos são avaliadas a valor de mercado, contabilizando-se sua valorização ou desvalorização conforme segue:

- Instrumentos financeiros derivativos não considerados como “*hedge*” em contas de receita ou despesa, no resultado.
- Instrumentos financeiros derivativos considerados como “*hedge*” de risco de mercado, bem como seus ativos e passivos financeiros relacionados, objeto de “*hedge*” têm seus ganhos e perdas, realizados ou não realizados, registrados em contas de receitas e despesas, no resultado.

f) Operações de crédito:

As operações de crédito, arrendamento mercantil, adiantamento sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito, são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, que considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação à operação, aos devedores e garantidores, com observância dos parâmetros e diretrizes estabelecidos pela resolução CMN nº 2.682/99, que determina a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo). Adicionalmente, também são considerados, para atribuição dos níveis de riscos dos clientes os períodos de atraso definidos na referida Resolução, assim como a contagem em dobro para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e passam a ser controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial do Banco.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas anteriormente à renegociação. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão, e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível “H” e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa de operação de crédito ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança de níveis de risco, poderá ocorrer a reclassificação de operação para categoria de menor risco.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e considera as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações realizadas pela administração na determinação dos riscos de crédito.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa relativa às operações de crédito cedidas com coobrigação é calculada de acordo com as mesmas diretrizes estabelecidas pelo BACEN para as operações de crédito ativas.

g) Operações de venda ou transferência de ativos financeiros:

A partir de 01/01/2012, as operações de venda ou transferência de ativos financeiros são classificadas e registradas conforme segue:

- Para o registro contábil da venda ou da transferência de ativos financeiros classificada na categoria operações com transferência substancial dos riscos e benefícios, são observados os seguintes procedimentos:

Em operações de venda de ativos, o ativo financeiro objeto de venda ou de transferência é baixado do título contábil utilizado para registro da operação original. O resultado positivo ou negativo apurado na negociação é apropriado ao resultado do período de forma segregada; e

Em operações de compra de ativos, o ativo financeiro adquirido é registrado pelo valor pago, em conformidade com a natureza da operação original.

- Para o registro contábil da venda ou da transferência de ativos financeiros classificada na categoria operações com retenção substancial dos riscos e benefícios, são observados os seguintes procedimentos:

Em operações de venda de ativos, o ativo financeiro objeto da venda ou da transferência permanece, na sua totalidade, registrado no ativo. Os valores recebidos na operação são registrados no ativo, tendo como contrapartida o passivo referente à obrigação assumida e as receitas/despesas são apropriadas de forma segregada ao resultado do período pelo prazo remanescente da operação; e

Em operações de compra de ativos, os valores pagos na operação são registrados no ativo como direito a receber e as receitas são apropriadas ao resultado do período, pelo prazo remanescente da operação.

h) Bens não de uso próprio:

São representados basicamente por bens reintegrados e recebidos em dação de pagamento disponíveis para venda, os quais são ajustados por meio da constituição de provisão para desvalorização, quando aplicável, calculada com base na perda histórica de bens não de uso alienados.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

i) Despesas antecipadas:

São gastos relativos às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo tais gastos apropriados ao resultado no período da geração destes benefícios. Este grupo é representado basicamente, por comissões pagas a correspondentes bancários e gastos na emissão de títulos no exterior.

j) Demais ativos circulante e realizável a longo prazo:

São demonstrados pelo custo, acrescido dos rendimentos, variações monetárias e cambiais incorridas, deduzidos das correspondentes provisões para ajuste a valor de realização, quando aplicável.

k) Investimentos:

As participações em controladas são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. Os demais investimentos são avaliados ao custo de aquisição, deduzido, quando aplicável, da respectiva provisão para perdas e de redução ao valor recuperável.

l) Imobilizado:

Corresponde aos direitos que tenham por objetivo bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade. Estão representados basicamente por imóveis, instalações, benfeitorias em imóveis de terceiros, móveis e equipamentos de uso.

É demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e ajustada por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com taxas anuais que contemplam o prazo de vida útil-econômica estimada dos bens.

m) Intangível:

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

É demonstrado pelo custo de aquisição/formação, deduzido da amortização acumulada e ajustado por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Estão representados, basicamente, por ágios pagos por rentabilidade futura de investimento e gastos com aquisição e desenvolvimentos logísticos. A amortização é calculada pelo método linear, com base nos prazos estimados de sua utilização.

n) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo):

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, as quais são revistas periodicamente considerando estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro é calculada considerando a alíquota de 15% para empresas financeiras e de 9% para as demais empresas.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

o) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*):

Os ativos não financeiros estão sujeitos à avaliação ao valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores. Caso uma perda seja detectada, esta é reconhecida no resultado do período quando o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável, que é apurado da seguinte forma:

- i. Potencial valor de venda, ou valor de realização deduzido das respectivas despesas; ou
- ii. Valor em uso calculado pela unidade geradora de caixa.

Unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos.

p) Depósitos e captações no mercado aberto:

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicáveis, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base “*pro rata*” dia.

q) Práticas contábeis específicas do segmento de consórcio:

A taxa de administração é contabilizada quando do seu recebimento pelos grupos de consórcio. A comissão sobre vendas de cotas é contabilizada quando da comercialização das mesmas e as demais receitas e despesas são contabilizadas de acordo com o regime de competência mensal.

As obrigações por recursos não procurados estão registradas pelo valor a ser devolvido aos consorciados dos grupos encerrados, incluindo remuneração igual à do rendimento gerado pelas suas cotas de fundos de investimento nos quais os grupos ativos têm aplicações, e estão apresentadas no grupo “Outras obrigações – diversas” nas demonstrações financeiras consolidadas.

r) Passivos circulante e exigível a longo prazo:

As obrigações, os encargos e os riscos conhecidos ou calculáveis são demonstrados pelo valor atualizado até a data do balanço. As obrigações em moedas estrangeiras são convertidas em moeda nacional pelas taxas de câmbio em vigor na data do balanço, divulgadas pelo BACEN, e as obrigações sujeitas a atualizações monetárias são demonstradas pelo valor atualizado até a data do balanço.

s) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias):

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, sendo os principais critérios os seguintes:

- Ativos Contingentes – não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não caibam mais recursos;
- Contingências Passivas – são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, quando relevantes, enquanto aqueles classificados como perda remota não são provisionados ou divulgados; e
- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) – referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições,

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

que independentemente de avaliação acerca de probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

t) Benefício Residual em Operações Securitizadas:

Corresponde ao saldo residual, líquido de eventuais garantias prestadas, dos patrimônios separados das operações securitizadas que, de acordo com a Lei nº 9.514/97, será reintegrado ao patrimônio comum da companhia securitizadora no momento da extinção do regime fiduciário e liquidação dos respectivos certificados de recebíveis imobiliários.

u) Lucro por ação:

O lucro por ação é calculado com base nas quantidades de ações em circulação, nas datas das demonstrações financeiras.

v) Uso de estimativas contábeis:

A preparação das demonstrações financeiras exige que a administração efetue estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) a estimativa dos créditos tributários ativados; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado e amortizações de intangíveis; (iii) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes dos passivos contingentes; (iv) provisões para perdas em bens não de uso e provisão para créditos e arrendamento mercantil de liquidação duvidosa; (v) perda ao valor recuperável de ativos não financeiros e (vi) estimativa do valor justo de certos instrumentos financeiros. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

w) Eventos subsequentes:

Referem-se a eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de sua aprovação pelos órgãos de administração. São divididos em:

- i) eventos que originam ajustes, relacionados a condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- ii) eventos que não originam ajustes, relacionados a condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL
(Em milhares de reais, exceto quando informado)

4) **BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO POR SEGMENTO DE NEGÓCIO**

a) **Balanço Patrimonial Consolidado:**

Ativo	Financeiro (1)	Consórcios (2)	Securitização (3)	Outros (4)	Eliminações (5)	Total
Circulante	9.346.054	3.396	127.348	105.217	(113.390)	9.468.625
Realizável a longo prazo	12.172.153	37.347	264.932	7.434	(34.519)	12.447.347
Permanente	1.141.340	117	488	580.522	(1.053.703)	668.764
Total em 30/06/2014	22.659.547	40.860	392.768	693.173	(1.201.612)	22.584.736

Passivo	Financeiro (1)	Consórcios (2)	Securitização (3)	Outros (4)	Eliminações (5)	Total
Circulante	13.960.667	11.039	183.580	108	(106.791)	14.048.603
Exigível a longo prazo	6.313.193	11.141	68.256	4.431	(34.519)	6.362.502
Resultado de períodos futuros	1.977	-	-	-	-	1.977
Patrimônio líquido	2.383.710	18.680	140.932	688.634	(1.060.302)	2.171.654
Total em 30/06/2014	22.659.547	40.860	392.768	693.173	(1.201.612)	22.584.736

(1) Representado pelas empresas Banco PAN S.A., Panamericano Arrendamento Mercantil S.A., Fundos de Investimento em Direitos Creditórios – FIDCs, Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária e BMSR II Participações;

(2) Representado pela empresa Panamericano Administradora de Consórcio Ltda;

(3) Representado pela empresa Brazilian Securities Companhia de Securitização;

(4) Representado pela empresa Ourinvest Real Estate Holding S.A.; e

(5) Representam as eliminações entre empresas de segmentos diferentes.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

b) Demonstração do Resultado Consolidado:

Demonstração do Resultado	30/06/2014					
	Financeiro (1)	Consórcios (2)	Securitização (3)	Outros (4)	Eliminações (5)	Total
- Receitas da intermediação financeira	2.209.053	1.019	37.483	453	(2.356)	2.245.652
- Despesas da intermediação financeira	(1.413.375)	-	(9.908)	-	2.190	(1.421.093)
Resultado bruto da intermediação financeira	795.678	1.019	27.575	453	(166)	824.559
- Outras receitas/despesas operacionais	(1.067.891)	(1.492)	(8.589)	(4.699)	(11.943)	(1.094.856)
- Resultado de equivalência patrimonial	5.338	-	-	(5.351)	30.080	30.067
- Resultado não operacional	(27.378)	1	(935)	(5)	-	(28.317)
- Provisão para IR e CSLL	123.203	168	(6.198)	2.146	-	119.319
(Prejuízo)/Lucro líquido em 30/06/2014	(171.292)	(304)	11.853	(7.456)	17.971	(149.228)

- (1) Representado pelas empresas Banco PAN S.A., Panamericano Arrendamento Mercantil S.A., Fundos de Investimento em Direitos Creditórios – FIDCs, Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária e BMSR II Participações;
- (2) Representado pela empresa Panamericano Administradora de Consórcio Ltda;
- (3) Representado pela empresa Brazilian Securities Companhia de Securitização;
- (4) Representados pelas empresas Ourinvest Real Estate Holding S.A. e Brazilian Finance Real Estate S.A.; e
- (5) Representam as eliminações entre empresas de segmentos diferentes.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	30/06/2014
Disponibilidades em moeda nacional	48.137
Disponibilidades em moeda estrangeira	4.879
Total de disponibilidades (caixa)	53.016
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	806.998
Total de caixa e equivalentes de caixa	860.014

(1) Inclui as operações cujos vencimentos na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

6) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Composição e prazos:

	30/06/2014					
	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Aplicações no Mercado Aberto:						
Posição bancada						
• Letras do Tesouro Nacional – LTN	428.000	-	-	-	-	428.000
• Notas do Tesouro Nacional – NTN	199.515	-	-	-	-	199.515
Subtotal	627.515	-	-	-	-	627.515
Posição Financiada						
• Notas do Tesouro Nacional – NTN	179.483	-	-	-	-	179.483
Subtotal	179.483	-	-	-	-	179.483
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	3.468	7.349	27.996	79.506	36.029	154.348
Total	810.466	7.349	27.996	79.506	36.029	961.346

b) Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez:

São classificadas na demonstração do resultado como resultado de operações com títulos e valores mobiliários:

	30/06/2014
Rendas de aplicações em operações compromissadas:	
- Posição bancada	5.498
- Posição financiada	13.228
Subtotal	18.726
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	7.632
Total (nota 7d)	26.358

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

7) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Composição da carteira:

A carteira de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, em 30/06/2014, por tipo de papel, possui a seguinte composição:

	30/06/2014
Carteira própria:	
Certificado de Depósito Bancário – CDB	2.360
Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI	88.194
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	246.309
Notas do Tesouro Nacional – NTN	170.730
Cotas de Fundos de Investimento (1)	5.084
Fundo de Desenvolvimento Social – FDS	297
Subtotal	512.974
Vinculados a compromisso de recompra:	
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	275.350
Notas do Tesouro Nacional – NTN	257.821
Certificado de Depósito Bancário – CDB	20.149
Cotas de Fundos de Renda Fixa	13.342
Subtotal	566.662
Vinculados à prestação de garantias:	
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	169.425
Notas do Tesouro Nacional – NTN	26.500
Subtotal	195.925
Total de títulos e valores mobiliários	1.275.561
Instrumentos financeiros derivativos:	
Diferenciais a receber de “swap”	141.008
Total de instrumentos financeiros derivativos	141.008
Total geral	1.416.569

(1) As aplicações em cotas de fundos de investimento estão assim compostas:

	30/06/2014
BEM Fundo de Investimento Referenciado DI TPF (ii)	537
Outros fundos	4.547
Total	5.084

- i. Fundo encerrado em 20/01/14;
- ii. Fundo administrado pela BEM DTVM Ltda;
- iii. Fundo administrado pela CEF; e
- iv. Fundo administrado pela BTG Pactual Serviços Financeiros S/A DTVM.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

b) Composição por categorias e prazos individual e consolidado:

	30/06/2014							
	Sem vencimento	Até 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor contábil (2) (4)	Valor de custo atualizado	Ajuste de marcação a mercado
Títulos para negociação:								
- Certificado de Depósito Bancário – CDB	-	1.853	19.608	-	1.048	22.509	22.509	-
- Cotas de fundo de investimento	13.342	-	-	-	-	13.342	13.342	-
Total para Negociação	13.342	1.853	19.608	-	1.048	35.851	35.851	-
Títulos disponíveis para venda:								
- Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	346.208	220.117	-	123.830	690.155	690.400	(245)
- Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	-	7.048	13.130	11.130	56.886	88.194	105.524	(17.330)
Total de títulos disponíveis para venda	-	353.256	233.247	11.130	180.716	778.349	795.924	(17.575)
Títulos mantidos até o vencimento (1):								
- Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	928	-	-	-	928	928	-
- Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	220.629	89.882	137.180	7.360	455.051	455.050	1
- Cotas de fundos de investimento	5.084	-	-	-	-	5.084	537	4.547
- Fundos do Desenvolvimento Social – FDS	297	-	-	-	-	297	297	-
Total de mantidos até o vencimento	5.381	221.557	89.882	137.180	7.360	461.360	456.812	4.548
Total geral	18.723	576.666	342.737	148.310	189.124	1.275.560	1.288.587	(13.027)

- Atendendo ao disposto no artigo 8º da Circular BACEN nº 3.068/01, o Banco PAN declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria mantidos até o vencimento;
- O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi apurado com base em preços e taxas praticados nas datas dos balanços, divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (“ANBIMA”) e Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“BM&FBOVESPA”). No caso dos certificados de recebíveis imobiliários, o valor de mercado é apurado por meio de modelos internos, com a utilização de dados baseados em parâmetros de mercado observáveis;
- Conforme Circular BACEN nº 3.068/01, a partir de julho/13 os Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI’s foram classificados para Títulos Disponíveis para Venda, conforme a política interna de Classificação dos Instrumentos Financeiros em Carteira *Trading* e Carteira *Banking*, uma vez que não há mercado para obtenção de ganhos a curto prazo; e
- A coluna reflete o valor contábil após a marcação a mercado, de acordo com o item (2), exceto para as aplicações classificadas em “Títulos mantidos até o vencimento”, cujo valor de mercado é inferior ao valor de custo atualizado, no montante de R\$ 5.230.

c) Instrumentos financeiros derivativos:

O Banco PAN utiliza instrumentos financeiros derivativos prioritariamente como *hedge* para compensar variações desfavoráveis de valor de mercado nas posições assumidas.

O valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos e dos respectivos objetos de *hedge* é apurado utilizando-se das informações de mercado disponíveis, principalmente os preços e as taxas divulgados pela BM&FBOVESPA. Quando aplicáveis, são utilizados modelos matemáticos de interpolação de taxas para os prazos intermediários e de extrapolação de taxas para os prazos superiores.

Para a apuração do valor de mercado dos contratos de “*swap*”, foi utilizado o fluxo de caixa futuro, descontado a valor presente pelas curvas de juros futuros, obtidas com base em informações da BM&FBOVESPA.

O processo de marcação a mercado para os contratos futuros, tais como os contratos de juros (DI 1 dia), câmbio (DOL) e cupom cambial (DDI) é definido pelo preço de mercado em formato de Preço Único (PU) que é divulgado diariamente pela BM&FBOVESPA. A partir deste preço, os valores dos ajustes diários são registrados e contabilizados no ativo ou no passivo, sendo apropriados diariamente ao resultado como receita ou despesa.

As operações com instrumentos financeiros derivativos (contratos futuros, Termo de moeda e *Swap*) são custodiadas na BM&FBOVESPA ou no Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (CETIP S.A.). Os diferenciais a receber e a pagar, dos instrumentos financeiros derivativos, ativos e passivos, são

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

registrados nas respectivas contas patrimoniais de “instrumentos financeiros derivativos” em contrapartida às respectivas contas de “resultado com instrumentos financeiros derivativos” e os valores nominais dessas operações são registrados em contas de compensação.

O contrato a termo de moeda estrangeira sem entrega física (ou *Non Deliverable Forward* – NDF) é negociado em mercado de balcão. É uma operação de compra ou venda de moeda estrangeira, em uma data futura e a uma paridade predeterminada. A liquidação financeira ocorre pela diferença entre a paridade inicial do contrato e a cotação de referência na data de vencimento. Para a precificação dos NDFs foram utilizadas as curvas de juros futuros, obtidas com base em informações da BM&FBOVESPA.

Em 30/06/2014, as posições dos instrumentos financeiros derivativos são as seguintes:

Valor Contábil / Mercado	30/06/2014
Instrumento:	
Swaps	
- Diferencial a receber	141.008
- Diferencial a pagar	(62.839)
Contratos futuros	
- Posição ativa	1.866
- Posição passiva	(3.315)
Total líquido	76.720

A seguir, demonstra-se os valores registrados em conta de ativo, passivo e compensação, segregados nas categorias indexador, faixas de vencimento, valores de referência e contábil, a receber e a pagar. Todas as posições detidas em “swap” são negociadas em balcão e os contratos futuros, na BM&FBOVESPA.

Instrumento/ Posição:	30/06/2014								
	Valor referência	Até 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima 360 dias	Valor Contábil	Valor de custo atualizado	Ajuste de marcação a mercado
Swap									
Posição ativa:	1.901.720	184	339	12.242	10.596	117.648	141.008	127.388	13.621
- Dólar	1.622.212	-	28	10.737	9.470	117.648	137.883	123.565	14.318
- CDI	42.005	184	311	1.505	109	-	2.109	2.194	(85)
- CDI	39.664	-	-	-	-	-	-	-	-
- CDI	110.505	-	-	-	1.017	-	1.016	1.629	(612)
- Libor	87.334	-	-	-	-	-	-	-	-
Posição passiva:	1.901.720	(1.611)	(1.852)	(552)	(2.938)	(55.886)	(62.839)	(69.259)	6.420
- CDI	1.622.212	(1.602)	(1.837)	(508)	(2.160)	(54.535)	(60.642)	(67.838)	7.196
- Dólar	42.005	-	-	-	(437)	(1.195)	(1.632)	(1.185)	(447)
- Pré	39.664	(9)	(15)	(44)	(120)	(156)	(344)	(204)	(140)
- Libor	110.505	-	-	-	-	-	-	-	-
- Dólar	87.334	-	-	-	(221)	-	(221)	(32)	(189)
Contratos futuros									
Posição ativa	1.891.003	1.866	-	-	-	-	1.866	1.866	-
- DDI	729.950	489	-	-	-	-	489	489	-
- Dólar	135.105	-	-	-	-	-	-	-	-
- DI1	1.025.948	1.377	-	-	-	-	1.377	1.377	-
Posição passiva	1.891.003	(3.315)	-	-	-	-	(3.315)	(3.315)	-

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

- DDI	729.950	(3.090)	-	-	-	(3.090)	(3.090)	-
- Dólar	135.105	(210)	-	-	-	(210)	(210)	-
- DI1	1.025.948	(15)	-	-	-	(15)	(15)	-
Total a receber líquido		(2.876)	(1.513)	11.690	7.658	61.762	76.720	20.041

Hedge Contábil: Basicamente esses instrumentos financeiros foram realizados como proteção das operações passivas de *Euro Medium-Term Notes* e Dívidas Subordinadas no exterior, indexadas ao dólar (objetos de *hedge*), classificados como "*hedge*" de risco de mercado. A efetividade apurada para a carteira de *hedge*, esta em conformidade com o estabelecido na Circular BACEN nº 3082/02.

O resultado apurado com instrumentos financeiros derivativos está assim composto:

	30/06/2014		
	Receita	Despesa	Líquido
Swap	200.226	(336.542)	(136.316)
Contratos futuros	401.853	(377.782)	24.071
Termo de moeda	400	(22)	378
Total	602.479	(714.346)	(111.867)

d) Resultado com títulos e valores mobiliários:

	30/06/2014
Títulos de renda fixa	64.752
Aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 6b)	26.358
Total	91.110

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

8) OPERAÇÕES DE CRÉDITO

As informações sobre a carteira de operações de crédito, que incluem as operações de arrendamento mercantil, adiantamento sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de operações de crédito, em 30/06/2014 estão assim apresentadas:

a) Composição da carteira por tipo de operação:

	30/06/2014	
	Valor	%
Crédito direto ao consumidor	7.922.687	50,02
Operações de arrendamento mercantil (1)	80.788	0,51
Empréstimo em consignação	2.268.776	14,33
Financiamentos de empreendimentos imobiliários	197.209	1,25
Financiamentos habitacionais	867.775	5,48
Empréstimos com garantia imobiliária	409.590	2,59
Financiamento a titulares de cartões de crédito (2)	600.941	3,79
Capital de giro	1.705.022	10,77
Direitos creditórios adquiridos	11.475	0,07
Renegociações	47.177	0,30
Conta garantida	49	-
Crédito pessoal	78.263	0,49
Títulos decontados	6	-
Cheque especial	277	-
Financiamentos à exportação	642.881	4,06
Outros	551	-
Total das operações de crédito e arrendamento mercantil	14.833.467	93,66
Outros créditos (3)	607.318	3,83
Adiantamento sobre contratos de câmbio e rendas a receber (4)	397.047	2,51
Total	15.837.832	100,00

(1) Registrado a valor presente;

(2) Refere-se ao financiamento a titulares de cartões de crédito de bandeiras Visa e Mastercard;

(3) Refere-se a recebíveis de cartões de crédito, títulos e créditos a receber com características de concessão de crédito; e

(4) Os adiantamentos sobre contratos de câmbio estão classificados como redutor da rubrica "Outras Obrigações" (Nota 9).

b) Composição da carteira por *rating* e prazo de vencimento:

Rating	30/06/2014							
	Vencidos		A vencer					Total
	Há mais de 14 dias	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	
AA	-	1.176	-	-	-	-	-	1.176
A	5.669	1.023.445	317.864	325.066	905.717	1.599.791	6.512.650	10.690.202
B	82.392	152.228	114.544	157.842	355.924	572.705	908.520	2.344.155
C	95.084	95.773	56.041	44.038	195.161	363.336	389.979	1.239.412
D	119.227	17.339	21.635	12.370	31.814	74.711	221.492	498.588
E	52.205	8.197	3.970	4.084	12.414	37.086	85.410	203.366
F	56.885	6.801	3.219	3.343	15.199	19.811	64.349	169.607
G	73.275	4.760	2.412	2.435	7.303	19.728	43.841	153.754
H	252.573	21.785	10.257	10.266	30.535	58.051	154.105	537.572
Total	737.310	1.331.504	529.942	559.444	1.554.067	2.745.219	8.380.346	15.837.832

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

c) Composição da carteira de crédito por nível de risco e provisão para créditos de liquidação duvidosa:

		30/06/2014			
Nível	Provisão Requerida%	A vencer	Vencidos (1)	Total	Provisão
AA	-	1.176	-	1.176	-
A	0,50	10.684.533	5.669	10.690.202	53.450
B	1,00	2.261.763	82.392	2.344.155	23.442
C	3,00	1.144.328	95.084	1.239.412	37.182
D	10,00	379.361	119.227	498.588	49.859
E	30,00	151.161	52.205	203.366	61.010
F	50,00	112.722	56.885	169.607	84.804
G	70,00	80.479	73.275	153.754	107.628
H	100,00	284.999	252.573	537.572	537.572
Total		15.100.522	737.310	15.837.832	954.947
% sobre total de risco					6,03%

(1) inclui parcelas vencidas há mais de 14 dias.

d) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	30/06/2014				
	Operações de Crédito e de Arrendamento Mercantil (1)	PDD adicional (2)	Cessões de Crédito (3)	Outros Créditos	Total
Saldo do início do semestre	1.348.481	70	132.982	14.983	1.496.516
- Constituição/reversão de provisão	569.764	(1)	(80.073)	(2.137)	487.553
- Baixas contra a provisão	(963.299)	-	-	-	(963.299)
Saldo do fim do semestre	954.946	69	52.909	12.846	1.020.770
- Créditos recuperados (4) (5)	135.393	-	-	-	135.393
- Efeito no resultado (6)	(434.371)	1	80.073	2.137	(352.160)

(1) Inclui outros créditos com características de operações de crédito e operações de câmbio;

(2) Constituída para fazer frente a riscos adicionais da carteira de crédito, de acordo com a experiência da Administração e a expectativa de realização da carteira de crédito;

(3) Refere-se a provisão para créditos de liquidação duvidosa das operações de cessão de crédito com coobrigação (nota 8g), classificada em Outras Obrigações - diversas;

(4) No semestre findo em 30/06/2014, foram recuperados créditos anteriormente baixados contra a provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 135.393 (sendo R\$ 121.334 de recuperação de crédito do Banco PAN, R\$ 9.387 de recuperação de operação de arrendamento mercantil e R\$ 4.672 de recuperação de créditos imobiliários). No Consolidado, a carteira de créditos renegociados totaliza R\$ 47.177;

(5) Contabilizado em Rendas de operações de crédito; e

(6) Despesa de provisão constituída menos receita de créditos recuperados.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

e) Classificação por setor de atividade:

Setor de atividade	30/06/2014	
	Valor	%
Pessoa Física	11.842.691	74,78
Agroindústria	557.403	3,52
Açúcar e Etanol	163.761	1,03
Agronegócio e Proteína Animal	393.642	2,49
Comércio	896.452	5,66
Atacado e Varejo	896.452	5,66
Indústrias de Base	420.027	2,65
Autopeças	136	-
Indústria Química	54.799	0,35
Óleo e Gás	20	-
Outras Indústrias	304.596	1,92
Papel e Celulose	54.069	0,34
Têxtil	6.407	0,04
Serviços	2.121.259	13,39
Construção e Incorporação	1.387.923	8,76
Financeiros	24.674	0,16
Locação de Veículos	22.828	0,14
Mídia, TI e Telecom	44.280	0,28
Outros Serviços	493.410	3,12
Saúde, Segurança e Educação	17.868	0,11
Transporte e Logística	106.611	0,67
Utilitários	23.665	0,15
Total	15.837.832	100,00

f) Concentração das operações de crédito:

Maiores Devedores	30/06/2014	
	Valor	%
10 maiores devedores	401.267	2,53
50 seguintes maiores devedores	1.100.043	6,95
100 seguintes maiores devedores	1.149.525	7,26
Demais devedores	13.186.997	83,26
Total	15.837.832	100,00

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

g) Operações de venda ou transferência de ativos financeiros:

- Cessões sem coobrigação**

No semestre findo em 30/06/2014, foram realizadas cessões de créditos com instituição financeira, conforme demonstrado a seguir:

	30/06/2014		
	Valor da cessão	Valor presente	Resultado (1)
Crédito direto ao consumidor	1.494.063	1.387.053	107.010
Empréstimo em consignação	1.274.008	1.031.348	242.660
Financiamentos habitacionais	94.565	87.862	6.703
Financiamentos de empreendimentos imobiliários	11.259	10.464	795
Empréstimos com garantia imobiliária	278.893	244.554	34.339
Total	3.152.788	2.761.281	391.507

(1) Contabilizado em "Rendas de operações de crédito".

- Cessões com coobrigação**

As responsabilidades por créditos cedidos com coobrigação montam a R\$ 244.835 no consolidado, apurado pelo valor presente por meio das taxas dos contratos.

O valor presente apurado pelas taxas de cessão de crédito monta a R\$ 258.226 no consolidado, para as quais foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 52.909 no consolidado, calculada com base nos mesmos critérios adotados para o cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa das operações não cedidas e registrada na rubrica "Outras obrigações diversas" (nota nº 22b).

h) Rendas de operações de crédito e arrendamento mercantil:

	30/06/2014
Lucros nas cessões de crédito (nota 8g)	391.507
Cartão de crédito	173.360
Crédito direto ao consumidor	827.273
Empréstimos em consignação	241.734
Crédito pessoal	18.225
Recuperação de créditos baixados como prejuízos (1)	135.393
Direitos creditórios	1.806
Renegociações	2.158
Financiamento à exportação	113.342
Habitacionais	87.613
Rendas de empreendimentos imobiliários	10.324
Rendas de empréstimos com garantia imobiliária	25.118
Capital de giro	112.418
Arrendamento mercantil, líquido de despesas (2)	10.314
Outras	2.498
Total	2.153.083

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

9) CARTEIRA DE CÂMBIO

a) Saldos patrimoniais:

Consolidado	30/06/2014
Ativo – Outros Créditos	
Câmbio comprado a liquidar	373.917
Rendas a receber	13.978
Total do Ativo	387.895
Passivo - Outras Obrigações	
Obrigações por compra de câmbio	383.069
Adiantamento sobre contratos de câmbio	(383.069)
Total do Passivo	-

b) Resultado de operação de câmbio:

Consolidado	30/06/2014
Rendas de Financiamento à Exportação	136.860
Variação Cambial	(135.401)
Total	1.459

10) RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS

Compreendem as carteiras de financiamentos imobiliários adquiridas pela Brazilian Securities, que serão utilizadas como lastro para futuras emissões de Certificados de Recebíveis Imobiliários.

Consolidado	Vencimento final	Indexador	Juros % a.a.	30/06/2014
Tranches 95 e 96 (1)	08/09/2027	TR	8,65	8.681
Cédula de Crédito Imobiliário	30/12/2043	INCC/IGPM /TR e sem correção monetária	0 até 18,33	161.855
Total				170.536

(1) As referidas tranches foram securitizadas.

Qualidade do Crédito:

Os contratos dos recebíveis imobiliários têm cláusula de alienação fiduciária do imóvel objeto. A Administração da Companhia entende que essa garantia é suficiente para cobertura de eventuais perdas decorrentes da inadimplência dos mutuários, não sendo, portanto, necessária a constituição de qualquer provisão complementar.

Os recebíveis imobiliários são considerados ativos de boa capacidade de pagamento, uma vez que são adquiridos apenas se apresentarem características, garantias e históricos de pagamento que demonstrem sua alta probabilidade de realização, para que sejam passíveis de securitização.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

11) BENEFÍCIO RESIDUAL EM OPERAÇÕES SECURITIZADAS

a) Resumo dos saldos contábeis sob regime fiduciário:

Consolidado	30/06/2014
Disponibilidades	31.714
Aplicações Financeiras	130.342
Recebíveis Imobiliários (1)	9.807.532
Outros Ativos	18.837
Total do Ativo	9.988.425
Certificados de Recebíveis Imobiliários (2)	9.887.161
Outros Passivos	89.152
Total do Passivo	9.976.313
Benefício Residual em Operações Securitizadas (3)	12.112

- (1) Os recebíveis imobiliários são atualizados pelo IGPM, IPCA, TR, Poupança e CDI ou não possuem indexador de atualização, adicionados de taxas de juros que variam de 0,00 % a.a. a 19,80 % a.a. e também são atualizados por 100% do CDI a 121,48% do CDI, adicionados a taxas de juros que variam de 0,00% a.a. a 2,50% a.a., e com vencimento até 26/07/2043;
- (2) Os certificados de recebíveis imobiliários são atualizados pelo IGPM, IPCA, TR, Poupança e CDI ou não possuem indexador de atualização, adicionados de taxas de juros que variam de 3,07% a.a. a 77,50% a.a. e, também são atualizados por 100% do CDI a 121,48% do CDI, adicionados a taxas de juros que variam de 0,00% a.a. a 2,00% a.a. e com vencimento até 01/07/2043; e
- (3) Benefício residual em operações securitizadas corresponde ao saldo residual, líquido de eventuais garantias prestadas, dos patrimônios separados das operações securitizadas que, de acordo com a Lei nº 9.514/97, será reintegrado ao patrimônio comum da companhia securitizadora no momento da extinção do regime fiduciário e liquidação dos respectivos certificados de recebíveis imobiliários.

b) Ao longo do 1º semestre de 2014, a Controlada Brazilian Securities adquiriu o montante de R\$ 125.976 mil de recebíveis imobiliários. Adicionalmente, foram realizadas operações de retrocessões no montante de R\$ 485 mil.

c) Em 30/06/2014, o total de parcelas em atraso há mais de 90 dias dos recebíveis imobiliários vinculados as séries emitidas é de R\$ 26.044 mil, que corresponde a 2,14% do total dos recebíveis imobiliários vinculados as séries.

12) OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS (1)

	30/06/2014
Créditos tributários (Nota 33b)	2.877.290
Títulos e créditos a receber (2)	607.318
Imposto de renda a compensar	318.065
Valores a receber por cessão de créditos	317.240
Depósitos judiciais e fiscais	164.130
Valores a receber de sociedades ligadas	32.955
Valores a receber de empréstimos consignados (3)	33.591
Adiantamentos para pagamento por nossa conta	4.951
Cartões de crédito (4)	288
Adiantamentos e antecipações salariais	595
Outros	94.872
Total	4.451.295

- (1) Inclui títulos e créditos a receber;
- (2) Refere-se a recebíveis de cartões de crédito e títulos de crédito a receber com característica de concessão de crédito;
- (3) Refere-se a valores recebidos e ainda não repassados ao Banco por Governos Estaduais e Municipais, cujos repasses vêm sendo negociados pelo Banco PAN, que constitui provisão integral para perdas e para os repasses em atraso há mais de 180 dias, cujo saldo em 30/06/2014 é R\$ 11.901; e

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

(4) Refere-se às operações com cartões de crédito cujas faturas ainda não foram emitidas, ou que foram emitidas, mas ainda não venceram.

13) OUTROS VALORES E BENS

a) Bens não de uso próprio/outros:

	Valor Residual		
	Custo	Provisão para perdas	30/06/2014
Veículos	24.132	(8.527)	15.605
Veículos em regime especial	36.599	(32.229)	4.370
Imóveis	68.407	(55)	68.352
Total dos bens não de uso próprio	129.138	(40.811)	88.327
Outros bens	440	-	440
Total de outros valores e bens	129.578	(40.811)	88.767

b) Despesas antecipadas:

	30/06/2014
Comissões pagas a correspondentes bancários	432.032
Gastos na emissão de títulos no exterior	9.749
Outras	1.670
Total	443.451

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

14) INVESTIMENTOS

a) Controladas Não Financeiras:

Empresas	Capital Social	Patrimônio Líquido Ajustado	Quantidade de ações/ cotas possuídas (em milhares)			Participação consolidada no capital social	Lucro Líquido/ (Prejuízo) Ajustado	Saldo Dos Investimentos	Ajuste decorrente de avaliação (2)
			ON	PN	Cotas				
PAN Seguros S.A. (1)(3)	71.256	151.458	339.207	106	-	99,999%	25.260	151.456	25.260
Panserv Prestadora de Serviços Ltda. (1)(3)	5.061	10.370	-	-	5.061	99,999%	(2.098)	10.370	(2.098)
Panamericano Adm. e Corretagem de Seguros e Previdência Privada Ltda. (1)(3)	306	9.726	-	-	306	99,999%	3.984	9.726	3.984
Brazilian Finance Real Estate S.A. (1)(3)	7.662	35.593	17	34	-	99,999%	23	35.593	23
BM Sua Casa Promotora de Vendas (1)(3)	172.000	189.412	-	-	172.000	100,000%	2.898	189.412	2.898
Total								396.557	30.067

(1) Dados relativos a 30/06/2014;

(2) Ajuste decorrente de avaliação considera os resultados apurados pelas sociedades, a partir de aquisição e inclui variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado, bem como os ajustes por equalização de práticas contábeis, quando aplicáveis; e

(3) Empresas que tiveram suas informações financeiras do semestre findo em 30/06/2014 revisadas pelos mesmos auditores independentes do Banco PAN.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

b) Outros Investimentos:

	30/06/2014
Stone Pagamentos S.A.	416
Câmara Interbancária de Pagamentos	380
Obras de Arte	23
Total	819

15) IMOBILIZADO

Demonstrado ao custo de aquisição. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens.

	Taxa anual	Custo	Depreciação	Valor residual 30/06/2014
Instalações, móveis e equipamentos de uso	10%	36.853	(14.411)	22.442
Sistemas de segurança e comunicações	10%	2.774	(1.610)	1.164
Sistemas de processamento de dados	20%	33.290	(21.977)	11.313
Sistemas de transportes	20%	345	(219)	126
Total em 30/06/2014		73.262	(38.217)	35.045

16) INTANGÍVEL

a) Ágio:

O ágio na aquisição de investimento totalizou a R\$ 116.449, representado por expectativa de rentabilidade futura do investimento, que será amortizado linearmente em 10 anos ou quando de sua realização.

No semestre encerrado em 30/06/2014, foram amortizados ágios no montante de R\$ 12.526 no consolidado.

b) Os ativos intangíveis adquiridos são compostos por:

	Taxa Amortização	Custo	Amortização	Valor residual 30/06/2014
Gastos com desenvolvimento e logiciais	20% a 50%	63.596	(29.768)	33.828
Ágio (Nota16a)	10%	250.532	(48.018)	202.513
Outros	10%	22	(20)	2
Total em 30/06/2014		314.150	(77.807)	236.343

c) Movimentação dos ativos intangíveis por classe:

	Gastos com desenvolvimento logiciais	Ágio (Nota 16 a)	Outros	Total
Saldo em 31/12/2013	28.400	215.039	2	243.441
Adições	11.763	-	-	11.763
Amortização do período	(6.335)	(12.526)	-	(18.861)
Saldo em 30/06/2014	33.828	202.513	2	236.343

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

17) DEPÓSITOS, CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO E RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

a) Depósitos:

	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	30/06/2014
• Depósitos à vista (1)	129.462	-	-	-	129.462
• Depósitos interfinanceiros	6.697.507	1.633.167	51.944	48.690	8.431.308
• Depósitos a prazo	101.521	620.910	611.575	1.586.125	2.920.131
Total em 30/06/2014	6.928.490	2.254.077	663.519	1.634.815	11.480.901

(1) Classificados no prazo de 1 a 30 dias. Não considera a média histórica do giro.

b) Captações no mercado aberto:

	30/06/2014				
	Até 30 dias	90 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Carteira Própria		112.772	183.825	213.701	510.298
• Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	66.671	133.799	59.750	260.220
• Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	46.101	50.026	153.951	250.078
Carteira de Terceiros				179.484	179.484
• Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	-	-	179.484	179.484
Total em 30/06/2014	-	112.772	183.825	393.185	689.782

c) Recursos de aceites e emissão de títulos:

	30/06/2014				
	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Títulos e Valores Mobiliários - país					
• Certificado de Recebíveis Imobiliários	379	187	823	9.935	11.324
• Letras Financeiras – LF	-	2.344	936.017	1.019.399	1.957.760
• Letras de Crédito do Agronegócio – LCA	128.014	146.162	322.745	250.655	847.576
• Letras de Crédito Imobiliário – LCI	80.724	192.139	800.569	333.407	1.406.839
Subtotal	209.117	340.832	2.060.154	1.613.396	4.223.499
Títulos e Valores Mobiliários – exterior					
• Euro Medium-Term Notes	17.216	-	-	635.725	652.941
Subtotal	17.216	-	-	635.725	652.941
Total em 30/06/2014	226.333	340.832	2.060.154	2.249.121	4.876.440

A seguir, saldo atualizado da tranche nas datas dos balanços:

Tranche US\$ mil	Taxa de juros	Vencimento	30/06/2014 (1)
288.638	5,50%a.a.	04/08/2015	652.941
Total			652.941

(1) O ajuste de marcação a mercado das captações no exterior foi contabilizado em contas de resultado de operações de captação no mercado, cujo montante foi uma despesa de R\$ 6.688 no semestre findo em 30/06/2014. Essa operação possui hedge de risco de mercado (notas 3e e 7c).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

d) Despesas de depósitos, captações no mercado aberto, recursos de emissão de títulos e dívidas subordinadas:

	Consolidado
	30/06/2014
Depósitos a prazo	202.361
Depósitos interfinanceiros	366.489
Variação cambial	(131.126)
Títulos e valores mobiliários no exterior e Dívidas Subordinadas	74.067
Captações no exterior – Dívida Subordinada e TVM no exterior	14.946
Operações compromissadas	42.073
Letras Financeiras – LF	127.583
Letras de Crédito do Agronegócio – LCA	37.080
Contribuições ao Fundo Garantidor de Créditos – FGC	5.264
Letras de Crédito Imobiliário – LCI	71.124
Captação por meio de FIDCs	(222)
Total	809.639

18) RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS – CORRESPONDENTES NO PAÍS

Referem-se a recebimentos de parcelas de contratos cedidos e a bens retomados relativos a contratos cedidos a serem repassados aos cessionários, atualizados pelas taxas pactuadas nos contratos de cessão de crédito.

	30/06/2014
Crédito direto ao consumidor, crédito pessoal, crédito consignado e crédito imobiliário	136.601
Total	136.601

19) OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

a) Saldos patrimoniais:

	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	30/06/2014
• No País	-	1.639	-	100.000	101.639
• No Exterior	110.442	-	57.699	54.938	223.079
Total em 30/06/2014	110.442	1.639	57.699	154.938	324.718

b) Resultado de obrigações por empréstimos:

Empréstimos	30/06/2014
No país	(8.307)
No exterior	(3.729)
Total	(12.036)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

20) DÍVIDAS SUBORDINADAS

Demonstra-se a seguir a composição das tranches e saldos atualizados nas datas dos balanços:

Vencimento	Prazo original em anos	Valor da Operação	Moeda	Remuneração	30/06/2014
No Exterior (1): 2020	10	500.000	US\$	Taxa de 8,50% a.a.	1.180.406
No País: 2018 (2)	06	10.000	R\$	100,0% da taxa CDI + 1,35% a.a.	12.197
2019 (3)	06	100.000	R\$	100,0% da taxa IPCA + 5,60% a.a.	113.074
Total					1.305.677

(1) O ajuste de marcação a mercado das dívidas subordinadas foi contabilizado em contas de resultado de operações de captação no mercado, cujo montante foi uma despesa de R\$ 8.259 no semestre findo em 30/06/2014. Essa operação possui *hedge* de risco de mercado (notas 3e e 7c);

(2) Letras Financeiras Subordinada, emitidas em 22/05/2012 com vencimento em 22/05/2018; e

(3) Letras Financeiras Subordinada, emitidas em 05/06/2013 com vencimento 05/04/2019.

21) PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS (FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS)

a) Obrigações legais:

O Banco PAN e sua controlada (Panamericano Arrendamento Mercantil) vinham questionando judicialmente a exigibilidade das contribuições ao PIS e COFINS na forma da Lei nº 9.718/98 e por força de decisões judiciais intermediárias não vinha efetuando o pagamento desses tributos, mas provisionava esses valores.

Em 28/11/2013, a fim de usufruir dos benefícios instituídos pelo artigo 39, inciso I da Lei 12.865, de 9/10/2013, com alterações da MP 627 de 11/11/2013, posteriormente convertida na Lei nº 12.973 de 13/05/2014. O Banco PAN aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal ("REFIS") referente às contribuições ao PIS e COFINS dos períodos de 2006 e 2012, pagando à vista os débitos, e desistiram da discussão judicial existente. Consequentemente, as respectivas provisões existente na empresa foi baixada e esses tributos passaram a ser recolhidos normalmente.

As provisões existentes na empresa Panamericano Arrendamento Mercantil S/A no valor de R\$ 55.523 permanecem registradas.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o encerramento da ação, representado por decisões judiciais sobre as quais não caiba mais recursos ou pela sua prescrição.

b) Provisões classificadas como perda provável:

O Banco PAN é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal decorrentes do exercício de suas atividades. São constituídas provisões para os processos em que a perda for avaliada como provável com base na opinião de assessores jurídicos, na natureza e complexidade das ações e no posicionamento dos tribunais. A provisão constituída é suficiente para atender ao risco de perda decorrente desses processos.

Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados e prestadores de serviço, visando a obter o pagamento de verbas trabalhistas em geral e em especial horas extras – em razão da interpretação do artigo 224 da CLT ou responsabilização subsidiária nas ações que envolvem os prestadores de serviço.

Esses processos são geridos individualmente por meio de sistema informatizado e a provisão constituída individualmente de acordo com os critérios mencionados anteriormente. Os valores envolvidos são

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

provisionados integralmente quando no caso dos processos com decisão judicial desfavorável. Para o cálculo do valor de risco das demais ações, é considerado o índice histórico de perda dos processos encerrados nos últimos 12 meses aplicado sobre o valor do pedido.

Processos cíveis

São processos de natureza condenatória de obrigação de pagar, referente a ações indenizatórias, protestos, devolução de cheques, inserção de informações sobre devedores no cadastro de restrições ao crédito e à restituição de valores.

Essas ações são geridas individualmente por meio de sistema informatizado e a provisão constituída individualmente quando a probabilidade de perda for avaliada como provável, considerando a opinião dos assessores jurídicos, a natureza e complexidade das ações e o posicionamento dos tribunais.

Os valores envolvidos são provisionados integralmente no caso dos processos com decisão judicial desfavorável. Para o cálculo do valor de risco das demais ações, é considerado o índice histórico de perda dos processos encerrados nos últimos 12 meses aplicado sobre o valor do pedido.

I – Provisões segregadas por natureza:

	30/06/2014
Processos cíveis	162.678
Processos tributários	32.673
Processos trabalhistas	65.062
Subtotal (1)	260.413
Provisão para riscos fiscais (2)	55.523
Total	315.936

(1) Nota 21b; e

(2) Classificados na rubrica “Outras Obrigações – fiscais e previdenciárias” (Nota 21a).

II – Movimentação das provisões:

	30/06/2014					
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Subtotal	Fiscais (1)	Total
Saldo em 31/12/2013	48.738	158.386	21.286	228.410	53.241	281.651
Baixas	(7.959)	(39.571)	-	(47.530)	-	(47.530)
Constituições líquidas de reversões	24.283	43.863	11.387	79.533	2.282	81.815
Saldo em 30/06/2014	65.062	162.678	32.673	260.413	55.523	315.936

(1) Nota 21a

Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento das normas do Sistema Financeiro Nacional que possam gerar o pagamento de multas ou causar impactos representativos no resultado do Banco PAN ou das empresas controladas.

III – Passivos contingentes classificados como perda possível

No 3º trimestre de 2012, o Panamericano Arrendamento Mercantil S.A. recebeu um auto de infração da Receita Federal do Brasil, por meio do qual a fiscalização constituiu supostos créditos tributários de imposto de renda, contribuição social relativos aos anos base de 2007 e 2008, cujo montante acrescido da multa de ofício e juros de mora totalizou a R\$ 19.166.

No 4º trimestre de 2012, foram lavrados três autos de infração da Receita Federal do Brasil contra o Banco PAN S.A., por meio do qual a fiscalização constituiu supostos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social relativos aos anos base de 2007 e 2008, cujo montante acrescido da multa de ofício e juros de mora totalizou a R\$ 170.475.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

No 4º trimestre de 2013, o Panamericano Arrendamento Mercantil S.A recebeu autos de infração da Prefeitura de São Paulo, que visam exigir ISS sobre o Valor Residual Garantido - VRG cobrado pela empresa nas operações de arrendamento mercantil realizadas no período de 2008 a 2012, cujo montante de principal e multa totalizou R\$ 43.656.

A Administração, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classificou como possível a probabilidade de perda desses processos.

22) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias:

	30/06/2014
Provisão para riscos fiscais (Nota 21a)	55.523
Parcelamento Refis – Lei nº 11.941/09 (1)	32.440
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	22.006
Provisão para imposto de renda diferido (Nota 33e)	119.968
Impostos retidos na fonte sobre terceiros	6.378
Impostos e contribuições sobre salários	1.035
ISS a recolher	1.397
COFINS a recolher	7.544
Impostos retidos na fonte sobre títulos de renda fixa	254
PIS a recolher	1.230
Outros	63
Total	247.838

(1) O Banco PAN e suas empresas controladas são partes em ações judiciais e processos administrativos de natureza tributária. Considerando os termos e as vantagens oferecidos pelo programa de anistia fiscal editado pelo Governo Federal, por meio da Lei nº 11.941/09, a administração do Banco PAN reavaliou juntamente com seus assessores jurídicos a conveniência de aderir ao referido programa. Como consequência, optou-se pela desistência de diversos processos movidos pelo Banco PAN e controladas, assumindo débitos fiscais como suas obrigações tributárias e a consequente obrigatoriedade do pagamento regular dos impostos, contribuições e demais obrigações como condição essencial para a manutenção das condições de pagamento previstas no parcelamento. Os principais processos que fazem parte do programa de anistia são: (i) Contribuição Previdenciária parte empresa, sobre pagamentos à pessoa física; (ii) Exclusão indevida de Provisão para Devedores Duvidosos da base de cálculo de IRPJ/CSLL; (iii) IRPJ decorrente de adesão irregular ao Incentivo Fiscal – FINOR; e (iv) Aproveitamento indevido de prejuízo fiscal na base de cálculo IRPJ/CSLL.

Os débitos foram consolidados junto à Receita Federal do Brasil e, após apropriação das antecipações efetuadas, apresenta a seguinte composição:

	30/06/2014
Débitos previdenciários	28.868
Demais débitos	3.572
Total	32.440

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

b) Diversas:

	30/06/2014
Valores a pagar a estabelecimento referente a compras com cartões de crédito	530.352
Provisão para passivos contingentes (Nota 21b)	260.413
Arrecadação de cobrança	107.885
Provisão para créditos cedidos de liquidação duvidosa (Nota 8d)	52.909
Provisão para pagamentos a efetuar	94.192
Valores a pagar a sociedades ligadas	17.867
Valores a pagar a lojistas	7.479
Valores específicos de consórcio	12.030
Outros	70.800
Total	1.153.927

23) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em quantidade de ações:

O capital social, totalmente subscrito e integralizado em 30/06/2014 é de R\$ 2.867.020, e está dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	30/06/2014
Ordinárias	292.463.400
Preferenciais	242.612.675
Total	535.076.075

b) Reservas de lucros:

Reserva legal – Nos termos do estatuto social, o Banco PAN deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal. A reserva legal não poderá exceder 20% do capital integralizado do Banco PAN. Ademais, o Banco PAN poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social.

Reserva para Integridade do Patrimônio Líquido – Nos termos do estatuto social, o saldo remanescente de lucros acumulados deve ser destinado a reserva para integridade do Patrimônio Líquido, que tem por fim assegurar recursos para atender às necessidades regulatória e operacional de valor de patrimônio líquido do Banco PAN, podendo ser convertida em capital autorizado, e poderá ser formada de acordo com proposta do Conselho de Administração, com até 100% do lucro líquido, não podendo ultrapassar o valor do capital social do Banco PAN.

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio:

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo sobre o lucro líquido anual, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, atualizada pela Lei nº 11.638/07. Conforme deliberado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18/01/2012, o percentual vigente é de 35%.

d) Aumento de Capital Social:

Em 13/06/2014, o Conselho de Administração do Pan aprovou aumentos do capital social da Companhia no valor total de até R\$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de reais), visando o crescimento das atividades da Companhia de acordo com o novo plano de negócios que está sendo implementado pela atual diretoria e melhorar a estrutura de capital da Companhia. Tal aumento ocorrerá em 2 (duas) etapas que estão descritas na nota 34i.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

24) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	30/06/2014
Operações de crédito	87.433
Rendas de cartões	71.884
Rendas de serviços de cobrança	434
Administração de consórcios	4.439
Rendas de estruturação de operações / fundos	885
Outras	7.275
Total	172.350

25) DESPESAS DE PESSOAL

	30/06/2014
Proventos	75.547
Encargos Sociais	19.817
Honorários	7.334
Benefícios	11.449
Outros	2.034
Total	116.181

26) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	30/06/2014
Comissões pagas a correspondentes bancários (1)	395.329
Serviços de terceiros	110.093
Processamento de dados	40.914
Serviços do sistema financeiro	40.916
Comunicações	20.250
Taxas e emolumentos	13.176
Propaganda, promoções e publicidade	8.975
Aluguéis	17.238
Transporte	3.042
Depreciação e amortização	10.307
Viagens	2.414
Manutenção e conservação de bens	2.952
Despesas com busca e apreensão de bens	4.272
Materiais de consumo	283
Outras	28.243
Total	698.404

(1) Inclui a amortização de despesas incorridas na aquisição da carteira de cartão de crédito consignado do Banco Cruzeiro do Sul S.A. no montante de R\$ 5.544 mil (nota 1).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

27) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	30/06/2014
Contribuição à Cofins	47.946
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	8.735
Contribuição ao PIS	7.809
Impostos e taxas	3.657
Total	68.147

28) OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

a) Outras receitas operacionais:

	30/06/2014
Amortização do deságio – BCS (1)	8.660
Recuperação de encargos e despesas	5.369
Atualização monetária de cessões de crédito a receber	1.238
Taxa de Registro de Cartórios – CDC	58
Reversão de provisões	191
Benefício residual em operações securitizadas	3.447
Outras	26.536
Total	45.499

(1) Refere-se a amortização parcial do deságio apurado na aquisição de carteira de cartão de crédito consignado do Banco Cruzeiro do Sul S.A. (Nota 1).

b) Outras despesas operacionais:

	30/06/2014
Cessão de operações de crédito	169.605
Constituição de provisões	79.070
Prejuízo com op. de crédito/financiamento e fraudes	20.887
Variação monetária passiva	100.251
Descontos concedidos	16.391
Amortização de ágio	12.527
Gravames	9.752
Outras	21.489
Total	429.972

29) RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	30/06/2014
Resultado na alienação de outros valores e bens	(43.005)
Desvalorização de outros valores e bens	15.673
Impairment	(1.247)
Outros	262
Total	(28.317)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

30) SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

a) A tabela a seguir demonstra os saldos e transações com partes relacionadas:

	30/06/2014	30/06/2014
	Ativo	Receitas
	(passivo)	(despesas)
Disponibilidades (a)		
Banco BTG Pactual S.A.	4	-
Total	4	-
Aplicação interfinanceira de liquidez (b)		
Banco BTG Pactual S.A.	-	2.360
Caixa Econômica Federal	428.000	1.163
Total	428.000	3.523
Títulos e valores mobiliários (c)		
Banco BTG Pactual S.A.	64.086	-
Total	64.086	-
Cessão de crédito (d)		
Caixa Econômica Federal	309.899	-
Total	309.899	-
Outros créditos (e)		
Caixa Econômica Federal	14.204	-
BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM	-	-
Total	14.204	-
Depósitos interfinanceiros (f)		
Banco BTG Pactual S.A.	(2.786.458)	(100.824)
Caixa Econômica Federal	(5.474.370)	(258.058)
Total	(8.260.828)	(358.882)
Obrigações por operações compromissadas (g)		
Banco BTG Pactual S.A.	-	(1.281)
Total	-	(1.281)
Recursos de letras imobiliárias, agronegócio e financeiras (h)		
Banco BTG Pactual S.A.	(400.507)	(20.635)
Caixa Econômica Federal	(10.337)	(337)
Total	(410.844)	(20.972)
Outras despesas administrativas (i)		
Banco BTG Pactual S.A.	-	(550)
BTG Pactual Corretora	-	(44)
Tecban S.A.	-	(428)
Câmara Interbancária de Pagamentos	-	(174)
Total	-	(1.196)
Resultado obtido na cessão de crédito (j)		
Caixa Econômica Federal	-	368.417
Total	-	368.417

(a) Refere-se a conta corrente da Ourinvest Real Estate Holding;

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

- (b) Referem-se a aplicações do Banco PAN com taxas equivalentes às do CDI;
- (c) Referem-se a aplicações de derivativos no caso do Banco BTG Pactual S.A.;
- (d) Refere-se à cessão de crédito a receber sem coobrigação;
- (e) Referem-se a valores de cobrança a receber arrecadados a serem repassados e carteira de câmbio;
- (f) Refere-se à captação por meio de depósitos interfinanceiros com taxas equivalentes às do CDI;
- (g) Referem-se a operações compromissadas com ligadas;
- (h) Refere-se à captação por meio de letras de créditos de agronegócios, letras imobiliárias e letras financeiras com taxas em média de 97% do CDI;
- (i) Referem-se a outras despesas administrativas de serviços prestados por empresas ligadas; e
- (j) Refere-se a atualização monetária do depósito de acionista.

b) Remuneração dos Administradores:

No Banco PAN, foi definido em Assembleia Geral Ordinária de 30/04/2014, o valor máximo de remuneração dos administradores para o ano de 2014 no montante de R\$ 29.445 (despesas de honorários).

Benefícios de curto prazo a administradores (1)

	30/06/2014
Despesas de honorários	7.334
Contribuição ao INSS	1.650
Total	8.984

(1) Registrado na rubrica de "Despesas de pessoal".

O Banco PAN não possui benefícios de longo prazo de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seus administradores.

• Outras informações

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamento para:

- I. Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativos, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
- II. Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
- III. Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

31) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

• Gestão de Riscos

O Banco PAN possui exposição em ativos e passivos envolvendo instrumentos financeiros derivativos, cujos registros são efetuados em contas patrimoniais, de resultado e de compensação.

A Administração do Banco PAN é responsável por estabelecer a política de risco e os limites de exposição. A responsabilidade por identificar, avaliar, monitorar e informar o cumprimento das diretrizes de risco estabelecidas pela Administração é da Diretoria de Controladoria e Compliance que mantém relação de independência em relação às áreas de negócios e de operações.

• Gestão do Capital

O Banco PAN considera a gestão de capital como um processo estratégico que é executado de forma a otimizar o consumo do capital disponível, contribuindo para o alcance dos objetivos da Instituição e sempre dentro dos limites de capital estabelecidos pelo órgão regulador.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

A estrutura de gerenciamento de capital do Banco PAN é compatível com a natureza de suas operações, com a complexidade de seus produtos e serviços e com sua exposição a riscos, e abrange todas as empresas do Conglomerado Financeiro do grupo.

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de (i) monitoramento e controle do capital; (ii) avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos da Instituição; e (iii) planejamento de metas e necessidade de capital. É realizado de acordo com os objetivos estratégicos do Banco PAN, as oportunidades de negócios e o ambiente regulatório.

O Banco PAN realiza sua gestão de capital de forma prospectiva e tempestiva, alinhado às melhores práticas e aderentes às recomendações emitidas pelo Comitê de Basileia, através de políticas e estratégias que antecipam a necessidade de capital decorrente de possíveis alterações nas condições de mercado e que são avaliadas periodicamente pela Diretoria e pelo Conselho de Administração.

LIMITE OPERACIONAL - ACORDO DA BASILEIA

Ao longo de 2013, o Banco Central divulgou um conjunto de Resoluções e Circulares que passaram a valer a partir de outubro de 2013, com recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia (BCBS) ao sistema bancário mundial no que tange os requerimentos de capital exigido. Dentre as medidas prudenciais emitidas neste pacote de normas, conhecido como Basileia III, destacam-se aquelas referentes à apuração do Patrimônio de Referência (PR), através dos ajustes prudenciais, e aos requerimentos mínimos de capital, que tiveram novas alterações.

O Pan atende aos critérios mínimos de capital definidos pelas Resoluções CMN nº 4.192/13 e 4.193/13. No cálculo das parcelas de capital exigido, tomam-se como base a Circular BACEN nº 3.644/13 para o risco de crédito, as Circulares BACEN nº 3.634/13 a nº 3.639/13, nº 3.641/13 e nº 3.645/13 para o risco de mercado, e a Circular BACEN nº 3.640/13 para o risco operacional.

O quadro a seguir apresenta os indicadores de capital, incluindo o Patrimônio de Referência (PR) e os novos índices de capital que devem ser observados. Ressalta-se que, de Out/13 a Dez/14, o capital será calculado com base somente no Conglomerado Financeiro e, a partir de Jan/15, com base no Conglomerado Prudencial. Portanto, não serão mais apurados e apresentados os valores de capital referentes ao Consolidado Econômico-Financeiro (CONEF).

Demonstra-se a seguir o cálculo dos Indicadores de Capital do Conglomerado Financeiro.

Base de Cálculo – Índice de Basileia	30/06/2014
Patrimônio de referência nível I	1.157.389
Capital Principal	1.157.389
Patrimônio de referência nível II	1.046.163
Patrimônio de referência para comparação com o RWA	2.203.552
Patrimônio de referência	2.203.552
- Risco de crédito	17.368.886
- Risco de mercado	171.738
- Risco operacional	1.623.068
Ativo ponderado pelo risco – RWA	19.163.692
Índice de Basileia	11,50%
Capital nível I	6,04%
Capital principal	6,04%

• Risco de Crédito

Define-se o risco de crédito como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

A gestão de risco de crédito é composta por políticas e estratégias de gerenciamento de risco de crédito, limites operacionais, mecanismos de mitigação de risco e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco de crédito em níveis aceitáveis pela instituição.

• Risco de Mercado

Refere-se à possibilidade de perdas associadas à oscilação de taxas, descasamentos de prazos e moedas das carteiras ativas e passivas do Consolidado. Esses riscos são gerenciados diariamente por meio de metodologias aderentes às melhores práticas.

As operações estão expostas aos seguintes fatores de risco: taxa de juros prefixada, taxa de juros vinculada à variação cambial e seu respectivo *spot*, taxa de juros vinculada aos índices de preço (INPC, INCC, IPCA e IGPM), além de outras taxas de juros (TR), à variação cambial (US\$) e variações dos preços de ações.

Os instrumentos financeiros são segregados nas seguintes Carteiras:

Carteira *Trading*: consiste em todas as operações com instrumentos financeiros, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a *hedge* de outros instrumentos da carteira de negociação. As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à revenda, obtenção de benefícios dos movimentos de preços, efetivos ou esperados, ou realização de arbitragem; e Carteira *Banking*: todas as operações não classificadas na carteira *trading*. Consistem nas operações estruturais provenientes das linhas de negócio da Organização e seus eventuais *hedges*.

Análise de Sensibilidade em 30/06/2014

Fatores de Risco	Carteira <i>Trading</i> e <i>Banking</i> Exposições sujeitas à variação:	CENÁRIOS (*)		
		(1) Provável	(2) Possível	(3) Remoto
Taxas de Juros	Taxas de Juros Prefixadas	(1.630)	(475.637)	(970.914)
Cupom Outras Taxas de Juros	Taxas de Cupom de Taxas de Juros	(132)	(30.438)	(56.125)
Cupom de Índice de Preços	Taxas de Cupom de Índice de Preços	(424)	(58.567)	(110.025)
Renda Variável	Preço de Ações	(249)	(6.217)	(12.434)
Moeda Estrangeira	Taxas de Câmbio	(1.140)	(28.507)	(57.014)
Cupom Cambial	Taxas de Cupom Cambial	(14)	(166)	(359)
Total em 30/06/2014		(3.589)	(599.532)	(1.206.871)

(*) Valores brutos de impostos.

A análise de sensibilidade foi efetuada a partir dos dados de mercado do último dia do mês de junho de 2014, sendo considerados sempre os impactos negativos nas posições para cada vértice. Os efeitos desconsideram a correlação entre os vértices e os fatores de risco e os impactos fiscais.

Cenário 1: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 1 ponto base (0,01%) na estrutura a termo de taxas de juros em todos os vértices/prazos. Exemplo: Taxa de 10% a.a. torna-se 10,01% a.a. ou 9,99% a.a. Para moedas estrangeiras e ações, foi considerado choque de 1% sobre o preço vigente.

Cenário 2: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 25% nas taxas (aplicação do multiplicador de 1,25). Exemplo: Taxa de 10% a.a. torna-se 12,50% a.a. ou 7,50% a.a. Para moedas estrangeiras e ações, foi considerado choque de 10% sobre o preço vigente.

Cenário 3: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 50% nas taxas (aplicação do multiplicador de 1,50). Exemplo: Taxa de 10% a.a. torna-se 15,00% a.a. ou 5,00% a.a. Para moedas estrangeiras e ações, foi considerado choque de 25% sobre o preço vigente.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

É importante ressaltar que os resultados dos cenários (2) e (3) referem-se a simulações que envolvem fortes situações de stress, não sendo considerados fatores de correlação entre os indexadores. Eles não refletem eventuais mudanças ocasionadas pelo dinamismo de mercado, consideradas como baixa probabilidade de ocorrência, e também, por ações que possam vir a ser tomadas pela própria Instituição para reduzir eventuais riscos envolvidos.

EXPOSIÇÃO CAMBIAL

A seguir, são apresentados os ativos e passivos vinculados a moedas estrangeiras em 30/06/2014.

Ativos – Dólar	30/06/2014
Operações de crédito (ACC/CCE)	696.887
Outros Recebíveis	24.441
Total Ativos	721.328

Passivos – Dólar	30/06/2014
Dívida subordinada	1.180.406
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	652.941
Obrigações por empréstimos no exterior	223.079
Total Passivos	2.056.426

O Banco PAN utiliza instrumentos financeiros derivativos essencialmente com finalidade de *hedge* com o propósito de atender as suas necessidades no gerenciamento de riscos de mercado, decorrentes dos descasamentos entre moedas, indexadores, prazos de suas carteiras e arbitragem.

Em 30/06/2014, a posição dos instrumentos financeiros derivativos, em moeda estrangeira, estava apresentada como segue:

	Valor de Referência	Valor de Mercado
	30/06/2014	30/06/2014
Ativos - Dólar		
Swap	1.622.112	2.367.148
DDI	158.581	492
DOL	-	-
Total	1.780.693	2.367.640
Passivos - Dólar		
Swap	18.834	12.289
DDI	571.369	(3.113)
DOL	135.104	(131)
NDF	-	-
Total	725.307	9.045

- Risco de Liquidez**

O Risco de Liquidez é definido como a possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e ainda, a possibilidade de a Instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade nos mercados.

São realizados acompanhamentos constantes da situação de liquidez, dos descasamentos entre os fatores de risco primários, taxas e prazos dos ativos e passivos da carteira.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

O Banco PAN mantém níveis de liquidez adequados, resultante da qualidade dos seus ativos, e do controle do risco, em consonância com a Política de Gerenciamento do Risco de Liquidez estabelecida e as exigências das demandas regulatórias do CMN (Resoluções nº 2.804/00 e 4.090/12). Os resultados das análises dos *gaps* de Liquidez são apresentados quinzenalmente no Comitê de Tesouraria.

• Risco Operacional

Refere-se à possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Essa definição inclui o risco legal que é o risco associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Instituição, bem como as sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

De forma a atender aos princípios da Resolução CMN nº 2.554/98 e o Inciso III do art. 9º da Resolução CMN nº 3.380/06, o Conglomerado possui estrutura organizacional independente e responsável pelo gerenciamento e controle dos riscos operacionais. A área de Controles Internos, Compliance e Risco Operacional é responsável também pelas atividades de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e de Continuidade dos Negócios.

Em atendimento aos requisitos estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.477/09, estão sendo disponibilizadas as informações sobre o processo de gerenciamento de riscos, que podem ser consultadas no site www.bancopan.com.br/ri Relatório de Gerenciamento de Riscos.

Valor de Mercado

O valor contábil líquido dos principais instrumentos financeiros está apresentado a seguir:

Item	30/06/2014		
	Valor Contábil	Valor de Mercado	Resultado não realizado
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros	1.614.553	1.609.323	(5.230)
Derivativos			
- Ajuste de títulos para negociação	152.527	152.527	-
- Ajuste de títulos disponíveis para venda	974.712	974.712	-
- Ajuste de títulos mantidos até o vencimento	487.314	482.084	(5.230)
Operações de Crédito e de arrendamento mercantil	15.836.656	16.440.132	603.476
Depósitos a prazo	2.750.537	2.936.938	(186.401)
Depósitos Interfinanceiros	8.431.308	8.255.050	176.258
Recursos de emissão de títulos	4.876.439	4.441.961	434.478
Obrigações por empréstimos	324.718	336.731	(12.013)
Dívidas Subordinadas	1.305.677	1.674.860	(369.183)
Lucro não realizado sem efeitos fiscais			641.385

Determinação do valor de mercado dos instrumentos financeiros:

- Títulos e Valores Mobiliários, Dívidas Subordinadas, Instrumentos Financeiros Derivativos, tem seu valor de mercado baseado em cotações de preços de mercado na data do balanço. Na inexistência de cotações a mercado o seu valor será determinado por marcação a modelo ou por instrumentos equivalentes;

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

- Para operações de crédito ou de arrendamento mercantil seu valor a mercado é determinado descontando-se o fluxo futuro pelas taxas praticadas a mercado em operações equivalentes na data do balanço;
- Depósitos a prazo, depósitos interfinanceiros e obrigações por empréstimos e repasses tem seu valor de mercado calculado aplicando-se sobre o estoque vigente as taxas praticadas para instrumentos equivalentes na data deste balanço.

32) BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Em 04/12/2013 o Banco PAN iniciou processo junto a SUSEP para a retirada de patrocínio do Plano de Benefícios V do Grupo Silvio Santos (nos termos da Resolução CNPC 11/2013), que será submetido à aprovação da PREVIC (Superintendência Nacional de Previdência Complementar). Somente após verificar a conformidade das condições e dos cálculos apresentados no processo, é que a PREVIC concederá sua aprovação. Até lá, o plano terá funcionamento normal com contribuições mensais. No semestre findo em 30/06/2014, o montante dessa contribuição foi de R\$ 291 no Consolidado.

Essa medida foi definida devido ao fato do Banco não fazer mais parte do mesmo grupo econômico das empresas que compõem o Plano de Benefícios V do Grupo Silvio Santos, e também por não fazer de política/plano de benefícios adotado pela instituição.

Em linha com as melhores práticas de mercado, o Banco PAN oferece benefícios sociais aos seus empregados, dentre os quais: (a) Assistência Médica; (b) Assistência Odontológica; (c) Seguro de Vida; (d) Vale Refeição e (e) Vale Alimentação. O montante dessas despesas totalizou no semestre findo em 30/06/2014 a R\$ 11.960 no Consolidado.

33) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social:

	30/06/2014
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(268.547)
Encargos/créditos total do imposto de renda e contribuição social, de acordo com as alíquotas vigentes (2)	-
Efeito no cálculo dos tributos:	118.374
Crédito tributário de períodos anteriores não constituídos	(4)
Ativação de crédito tributários períodos anteriores	
Outros valores	949
Receita/Despesa de Imposto de renda e contribuição social do período	119.319

- (1) No consolidado a alíquota efetiva não é demonstrada em virtude de alíquota diferenciada entre as empresas do segmento financeiro e as empresas dos demais segmentos; e
- (2) A alíquota da contribuição social para as empresas dos segmentos financeiros foi elevada para 15%, de acordo com a Lei nº 11.727/08, permanecendo em 9% para as demais empresas (nota 3n).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

b) Origem e movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos:

	Saldo em 31/12/2013	Constituição	Realização	Saldo em 30/06/2014
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.033.840	192.141	(57.702)	1.168.279
Provisão para contingências cíveis	63.400	18.372	(16.701)	65.071
Provisão para contingências fiscais (Pis e Cofins)	20.609	913	-	21.522
Provisão para contingências trabalhistas	19.248	9.727	(3.218)	25.757
Provisão para contingências tributárias	8.500	4.560	(4)	13.056
Provisão para desvalorização de bens não de uso próprio	20.999	19.407	(23.556)	16.850
Ajuste de marcação a mercado de derivativos	30.034	3.658	(20.768)	12.924
Provisão para Gratificação de funcionários/PLR	13.364	8.520	(13.793)	8.091
Outras provisões	83.876	16.086	(22.420)	77.542
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	1.293.870	273.384	(158.162)	1.409.092
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	1.472.549	2.899	(7.250)	1.468.198
Lucros não realizados e demais ajustes de consolidação dos créditos cedidos aos FIDCs	2.129	-	(2.129)	-
Total dos créditos tributários	2.768.548	276.283	(167.541)	2.877.290
Obrigações fiscais diferidas (Nota 33e)	(142.835)	-	22.867	(119.968)
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	2.625.713	276.283	(144.674)	2.757.322

c) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social:

A projeção de realização do crédito tributário foi elaborada com base em revisão do estudo do cenário atual e futuro, efetuada em 30/06/2014, cujas premissas principais utilizadas nas projeções foram os indicadores macroeconômicos, indicadores de produção e custo de captação, o ingresso de recursos por meio do reforço de capital e realização de ativos. Referida projeção de realização de crédito tributário, incluindo as premissas adotadas, foram aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco em 04/08/2014.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal ou quando os prejuízos fiscais, que parcialmente estão sendo discutidos em âmbito administrativo com excelentes perspectivas de êxito para o Banco, forem compensados.

Apresenta-se a seguir a estimativa de realização desses créditos:

	Diferenças temporárias	Prejuízo fiscal e base negativa	Total
2014	367.484	9.416	376.900
2015	465.658	19.534	485.192
2016	226.888	44.954	271.842
2017	131.520	105.278	236.798
2018	154.642	129.847	284.489
2019	59.621	190.931	250.552
2020	3.279	235.831	239.110
2021	-	274.302	274.302
2022	-	290.318	290.318
2023	-	49.431	49.431
Total	1.409.092	1.349.842	2.758.934

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

Em 30/06/2014, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação do Banco PAN, totalizava R\$ 1.778.846 no Consolidado.

Conforme § 2º do Art. 5º da Resolução CMN nº 3.059/02, os créditos tributários originados de prejuízo fiscais ocasionados pela exclusão das receitas de superveniência de depreciação no montante de R\$ 118.356, não estão sujeitos a geração de lucros baseada em estudo técnico.

d) Créditos tributários não ativados:

Em 30/06/2014, o Banco PAN e o consolidado possuíam prejuízos fiscais de aproximadamente R\$ 1.220.254, sobre os quais não foram registrados créditos tributários no montante de R\$ 488.098 no Consolidado em virtude de não atender todas as condições estabelecidas pelo BACEN para o registro do referido crédito.

e) Obrigações fiscais diferidas:

	Saldo em 31/12/2013	Realização	Saldo em 30/06/2014
Ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos	(6.137)	5.374	(763)
Superveniência de depreciação	(136.698)	17.493	(119.205)
Total	(142.835)	22.867	(119.968)

34) OUTRAS INFORMAÇÕES

- Os avais e fianças concedidos totalizam R\$ 20.375 no 1º semestre de 2014;
- O Banco PAN e suas controladas têm como política segurar seus valores em espécie, cheques recebidos em garantia e bens em montantes considerados adequados para cobertura de eventuais sinistros;
- Em 30/06/2014, o Banco PAN e suas controladas não possuíam contratos de arrendamento mercantil para aquisições próprias;
- A partir de 01/01/2012, entrou em vigor a Resolução CMN nº 4.036/11 que faculta o diferimento do resultado líquido negativo decorrente de renegociação de operação de crédito anteriormente cedida. O prazo máximo para o diferimento deve ser 31/12/2015 ou o prazo de vencimento da operação renegociada, dos dois o menor, observado o método linear. A Resolução passou a produzir efeitos a partir de 01/01/2012. O Banco PAN não utiliza a faculdade prevista nesta Resolução;
- O Banco PAN, a fim de usufruir dos benefícios instituídos pelo artigo 39, inciso I da Lei nº 12.865 de 9/10/2013, com alterações da MP 627 de 11/11/2013, aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal ("REFIS") referente às contribuições ao PIS e COFINS do período compreendido entre os anos de 2006 e 2012;

Desta forma, em 28/11/2013 foram realizados os pagamentos à vista da importância de R\$ 536,2 milhões no Banco PAN, se beneficiando da redução de 100% (cem por cento) dos juros, juros sobre multas, e multas aplicados sobre os valores das respectivas contribuições, correspondentes à R\$ 288,9 milhões no Banco PAN e pôs fim à discussão judicial que possuíam sobre o tema. Os resultados positivos apurados foram de R\$ 21,4 milhões no Banco PAN;

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

- f) O Banco PAN comunica a seus investidores que conforme comunicado em Assembleia Geral de Cotistas realizada no dia 21/10/2013, os FIDCs Master CDC Veículos e Autopan CDC Veículos foram liquidados em 20/01/2014;
- g) Em 14/05/2014 foi publicada a Lei nº 12.973, conversão da Medida Provisória nº 627 (MP 627/13) que altera a legislação tributária federal sobre IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. A referida lei dispõe, entre outros assuntos, sobre:
- ✓ a revogação do Regime Tributário de Transição - RTT, instituído pela Lei nº 11.941, de 27/05/2009; e
 - ✓ Considerando-se que a referida MP 627 possui um número relevante de emendas propostas e que a Receita Federal do Brasil deverá, de acordo com a mesma MP, disciplinar diversas matérias é possível que algumas das suas disposições sejam alteradas e/ou esclarecidas. Em uma avaliação preliminar, não haverá impactos relevantes para a Organização;
- h) Acordos de Compensação e Liquidação de Obrigações – Resolução CMN 3.263/05: O Banco PAN possui acordos de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional (SFN), firmados com pessoas jurídicas integrantes ou não do SFN. O objetivo da resolução é permitir a compensação de créditos e débitos mantidos com uma mesma contraparte, onde os vencimentos dos direitos e obrigações podem ser antecipados para a data em que ocorrer o evento de inadimplência por uma das partes ou em caso de falência do devedor;
- i) Aprovação do Aumento de Capital: Em 13/06/2014, o Conselho de Administração do Pan aprovou aumentos do capital social da Companhia no valor total de até R\$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de reais), visando o crescimento das atividades da Companhia de acordo com o novo plano de negócios que está sendo implementado pela atual diretoria e melhorar a estrutura de capital da Companhia, a serem concretizados nas condições abaixo:
- ✓ Aumento de Capital Social da Companhia, no limite do capital autorizado.

Foi deliberado aumento de capital social da Companhia, no limite do capital autorizado e sem a necessidade de deliberação da Assembleia Geral de Acionistas, no valor de até R\$ 1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de reais), mediante a emissão de até 443.786.982 novas ações nominativas, escriturais e sem valor nominal, na mesma proporção das ações ordinárias e preferenciais atualmente existentes, sendo até 242.566.348 ações ordinárias e até 201.220.634 ações preferenciais, ao preço de emissão de R\$ 3,38 (três reais e trinta e oito centavos) por ação ordinária ou preferencial, para subscrição privada pelos acionistas da Companhia ("Aumento em ON e PN").

Os acionistas Caixapar - Caixa Participações S.A. ("Caixapar") e Banco BTG Pactual S.A. ("BTG Pactual"), titulares, em conjunto, nesta data, de 100% (cem por cento) do capital votante e 71,09% (setenta e um inteiros e nove centésimos por cento) do capital social total da Companhia, subscreverão, mediante exercício dos seus respectivos direitos de preferência no Aumento em ON e PN, ações ordinárias e preferenciais no montante mínimo de R\$ 1.066.335.301,46 (um bilhão, sessenta e seis milhões, trezentos e trinta e cinco mil, trezentos e um reais e quarenta e seis centavos), o que corresponderá ao montante mínimo do Aumento em ON e PN.

O preço de emissão descrito acima foi fixado nos termos do artigo 170, §1º, inciso III da Lei 6.404/76 ("Lei das S.A."), levando-se em consideração a cotação de fechamento do pregão do dia 11/06/2014, sendo que a integralização será à vista, em dinheiro. O valor total da emissão de até R\$ 1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de reais) será destinado da seguinte forma: (i) 10% (dez por cento) para a composição do capital social da Companhia; e (ii) 90% (noventa por cento) para a reserva de capital da Companhia.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

- ✓ Aumento de Capital Social com a criação e emissão de Ações Preferenciais Resgatáveis ("Aumento em Preferenciais Resgatáveis")

Adicionalmente ao aumento acima, os Conselheiros aprovaram submeter para exame e deliberação dos acionistas reunidos em Assembleia Geral de Acionistas, outro aumento do capital social da Companhia, no valor de até R\$ 1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de reais), com a criação de nova classe de ações preferenciais, resgatáveis, para emissão de nova classe de ações preferenciais resgatáveis, com prazo de 5 (cinco) anos, contados a partir do último dia do prazo previsto para subscrição da primeira emissão de ações preferenciais resgatáveis e terão direito a dividendos fixos, cumulativos, anuais e prioritários, depois de levantado o balanço anual da Companhia, equivalentes a 104% (cento e quatro por cento) da variação das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros, aplicado sobre o preço de emissão de tais ações preferenciais resgatáveis, a partir do último dia de fruição do prazo para exercício do direito de preferência dos acionistas para subscrição das ações preferenciais resgatáveis. O direito de preferência na subscrição das novas ações observará a proporção das ações ordinárias e preferenciais da Companhia existentes na data da emissão. Os direitos, vantagens e restrições da nova classe de ações estarão detalhados na minuta de alteração do Estatuto Social da Companhia, a ser disponibilizada na proposta da administração da Assembleia Geral de Acionistas que deliberar sobre a criação e emissão das ações preferenciais resgatáveis.

Os acionistas controladores, Caixapar e BTG Pactual, garantirão a subscrição das ações preferenciais resgatáveis, inclusive daquelas que decorram do rateio de sobras.

Adicionalmente, a criação de nova classe de ações preferenciais resgatáveis deverá ser ratificada em assembleia especial de acionistas titulares de ações preferenciais.

A aprovação da criação da nova classe de ações preferenciais resgatáveis dará ensejo aos acionistas preferencialistas da Companhia exercerem o direito de recesso na forma do inciso II do artigo 136 da Lei das S.A. Em caso do direito de retirada ser exercido por mais de 0,5% (meio por cento) dos acionistas preferencialistas da Companhia, a Administração convocará Assembleia Geral para reconsiderar a deliberação sobre a criação das ações preferenciais resgatáveis, de forma a preservar a estrutura de capital da Companhia; e

- j) Subscrição do Aumento do Capital Social: Em 25/07/2014, a Companhia informou aos seus acionistas e o mercado que: (i) durante o período de exercício do direito de preferência do Aumento de capital em ON e PN, foram subscritas 242.566.343 ações ordinárias e 93.992.943 ações preferenciais, ao preço de emissão de R\$3,38 por ação ordinária ou preferencial, totalizando o montante de R\$1.137.570.386,68 (um bilhão, cento e trinta e sete milhões, quinhentos e setenta mil, trezentos e oitenta e seis reais e sessenta e oito centavos), dos quais R\$19.852.642,94 (dezenove milhões, oitocentos e cinquenta e dois mil, seiscentos e quarenta e dois reais e noventa e quatro centavos) referem-se às subscrições condicionadas e (ii) início do período de rateio de sobras irá até o dia 08/08/2014, uma vez que, não foram subscritas, durante o período de exercício do direito de preferência, 5 ações ordinárias e 107.227.691 ações preferenciais.
- k) Em 21/08/2014 o Banco PAN informou aos seus acionistas e ao mercado que o Conselho de Administração aprovou a venda da participação societária detida nas sociedades Pan Seguros S.A. ("Pan Seguros") e Panamericano Administração e Corretagem de Seguros e de Previdência Privada Ltda. ("Pan Corretora"), conforme descrito abaixo:
 - ✓ Tal aprovação baseou-se na recomendação favorável, unânime e sem ressalvas, do Comitê Independente especialmente constituído pelo Conselho de Administração do Banco Pan para negociar os termos e condições das Operações, o qual contou com a participação do membro do Conselho de Administração eleito pelos acionistas minoritários do Banco Pan, bem como com a assessoria financeira do Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão e assessoria jurídica do Machado, Meyer, Sendacz e Opice Advogados.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

- ✓ Nesse contexto, foram celebrados, contratos de compra e venda por meio dos quais o Banco Pan alienará (i) a totalidade da participação societária por ele detida na Pan Seguros à BTG Pactual Seguradora S.A. ("BTGP Seguradora"), uma sociedade controlada do BTG Pactual, e (ii) a totalidade da participação societária por ele detida na Pan Corretora ao BTG Pactual e à Caixapar, pelo valor total combinado de R\$580.000.000,00, o qual será corrigido pela variação positiva de 100% da Taxa DI até a consumação do fechamento das Operações. A Caixapar, no âmbito das Operações, resguardou o direito de manter, após sua consumação, a condição atual de co-controlador da Pan Seguros.
- ✓ Esta venda permitirá que o Banco Pan mantenha o foco na originação de crédito, permanecendo com uma receita adicional decorrente do crescente negócio de seguros, uma vez que o Banco Pan acordou, também no contexto das Operações, um acordo operacional de distribuição com a Pan Seguros, válido por 20 anos a partir do fechamento das Operações, por meio do qual a Pan Seguros utilizará o balcão do Banco Pan na comercialização de seus produtos de seguros.
- ✓ A efetiva consumação de cada Operação estará sujeita (i) também à conclusão da outra Operação, dado se tratarem de negócios e contratos de compra e venda mutuamente dependentes, e (ii) as condições usuais em operações dessa natureza, incluindo a obtenção de todas as aprovações regulatórias necessárias e aplicáveis pelas entidades brasileiras competentes.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

São Paulo, 15 de agosto de 2014

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

Jorge Fontes Hereda

Vice – Presidente

André Santos Esteves

Conselheiros

José Luiz Acar Pedro

Antonio Carlos Porto Filho

Roberto Balls Sallouti

Fábio Lenza

Marcos Roberto Vasconcelos

Marcos Antonio Macedo Cintra

Mateus Affonso Bandeira

João Cesar de Queiroz Tourinho

Fábio de Barros Pinheiro

Marcelo Terrazas⁽¹⁾

DIRETORIA

Diretor Presidente

José Luiz Acar Pedro

Diretores

Alex Sander Moreira Gonçalves

Jose Luiz Trevisan Ribeiro ⁽¹⁾

Carlos Eduardo Pereira Guimarães

Eduardo Almeida Prado

Eduardo Nogueira Domeque

Leandro de Azambuja Micotti

Maurício Antônio Quarezemin

Paulo Alexandre da Graça Cunha

CONSELHO FISCAL

Paulo Roberto Salvador Costa

Marcelo Adilson Tavarone Torresi

Marluce dos Santos Borges

COMITÊ DE AUDITORIA

Adilson Rodrigues Ferreira

Almir José Meireles

Marcelo Yugue

CONTADOR

Gregório Moreira Franco

CRC 1SP219426/O-2

(1) Homologado pelo BACEN em 07/08/2014.

Banco Pan S.A. e controladas – Conglomerado Prudencial

**(nova denominação do Banco
Panamericano S.A.)**

**Relatório dos auditores independentes sobre as
demonstrações contábeis consolidadas do
Conglomerado Prudencial em
30 de junho de 2014**

Relatório dos auditores independentes

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas
Banco Pan S.A.
(nova denominação do Banco Panamericano S.A.)

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco Pan S.A. (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado do Conglomerado Prudencial em 30 de junho de 2014 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas. Essas demonstrações financeiras de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional (“CMN”) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (“BACEN”), descritos na nota explicativa 2 – Apresentação das demonstrações financeiras e nota explicativa 3 – Principais Práticas Contábeis.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280 do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos na nota explicativa 2 – Apresentação das demonstrações financeiras e nota explicativa 3 – Principais Práticas Contábeis, assim como pelos controles internos que a administração determinou como necessários para permitir a elaboração das referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela administração do Banco, de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280 do CMN e regulamentações complementares do BACEN, com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 – Considerações Especiais – Auditorias de Demonstrações Contábeis Elaboradas de Acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras

consolidadas tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, anteriormente referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Pan S.A. em 30 de junho de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial previstas na Resolução nº 4.280 do CMN e regulamentações complementares do BACEN, para elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa 2 – Apresentação das demonstrações financeiras e nota explicativa 3 – Principais Práticas Contábeis às referidas demonstrações.

Ênfase

Base de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa 2 - Apresentação das Demonstrações Financeiras e nota explicativa 3 – Principais Práticas Contábeis, que divulgam:

(a) As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela administração do Banco para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280 do CMN, e regulamentações complementares do BACEN. Consequentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

(b) Por ser a primeira apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial, a administração do Banco optou pela faculdade prevista no § 2º do art. 10, da Circular nº 3.701, de 13 de março de 2014, do BACEN, e não estão sendo apresentadas, de forma comparativa, as demonstrações referentes às datas bases anteriores a 30 de junho de 2014.

Créditos tributários diferidos

Conforme descrito na nota 34, existem em 30 de junho de 2014 créditos tributários reconhecidos no ativo, no valor de R\$ 2,9 bilhões no Banco Pan S.A. e empresas controladas, reconhecidos com base em projeção para a realização de créditos tributários de longo prazo. Essa projeção de realização do crédito tributário foi revisada pela administração do Banco com base em estudo do cenário atual e futuro efetuada em junho de 2014 e aprovada pelo Conselho de Administração em 30 de junho de 2014, cujas premissas principais utilizadas foram os indicadores macroeconômicos, de produção, custo de captação, o ingresso de recursos por meio do reforço de capital e realização de ativos. A realização desses créditos tributários, no período estimado de realização, depende da materialização dessas projeções e do plano de negócios na forma como aprovados pelos órgãos da Administração. Nossa opinião não está ressalvada em função deste assunto

Outros assuntos

O Banco Pan S.A. elaborou um conjunto de demonstrações financeiras individuais e consolidadas para

fins gerais referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2014, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, sobre o qual emitimos relatório de auditoria sem ressalvas, em 04 de agosto de 2014.

São Paulo, 27 de agosto de 2014

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Edison Arisa Pereira
Contador CRC 1SP127241/O-0